

**UNIVERSIDADE FEDERA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Said Lucas de Oliveira Salomón

**Análise de conteúdos de História da América Latina contemporânea em livros
didáticos brasileiros (1997-2007)**

Porto Alegre

2012

Said Lucas de Oliveira Salomón

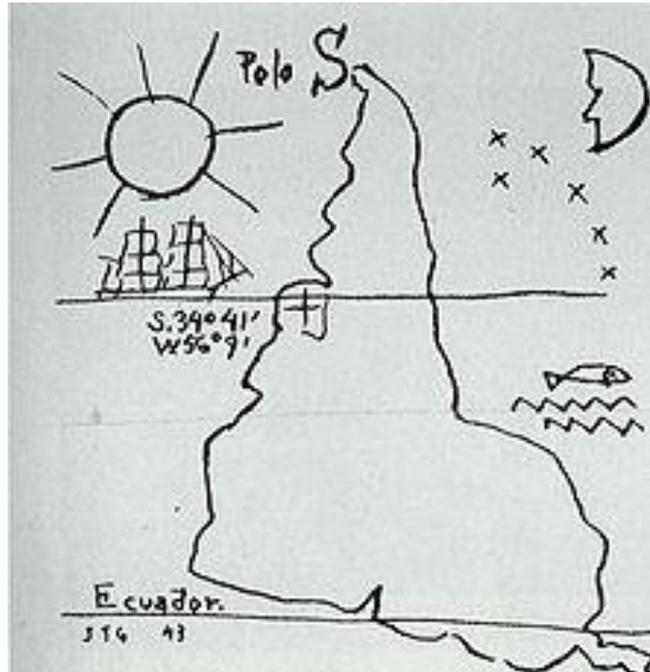
Análise de conteúdos de História da América Latina contemporânea em livros didáticos brasileiros (1997-2007)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2012



América Invertida (1943), Joaquín Torres García.

*Salgo a caminar Por la cintura cósmica del sur
Piso en la región Más vegetal del tiempo y de la luz
Siento al caminar Toda la piel de América en mi piel
Y anda en mi sangre un río Que libera en mi voz. Su caudal.*

*Sol de Alto Perú Rostro Bolivia, estaño y soledad
Un verde Brasil besa a mi Chile Cobre y mineral
Subo desde el sur Hacia la entraña América y total
Pura raíz de un grito Destinado a crecer Y a estallar.*

*Todas las voces, todas
Todas las manos, todas
Toda la sangre puede
Ser canción en el viento. [...]*

Canción con Todos, Letra de A. Tejada Gomez, (cantada por Mercedes Sosa)

*[...]Soy lo que sostiene mi bandera,
la espina dorsal del planeta es mi cordillera.
Soy lo que me enseñó mi padre,
el que no quiere a su patria no quiere a su madre.
Soy América latina,
un pueblo sin piernas pero que camina. [...]
Latinoamérica, Calle 13*

NOSSO NORTE É O SUL!

AGRADECIMENTOS

Esse espaço é para citar e agradecer algumas pessoas que contribuíram para minha trajetória antes e durante o curso de História e que certamente estarão comigo nessa caminhada que segue.

Sou filho de uma brasileira, Zelly, com um dominicano, Yamil, aliás, somos (eu, Jana e Yamilito), portanto, frutos dessa mescla de raízes, idiomas e personalidades. Mami e Papi *gracias* por tudo sempre: pelo apoio, pelo estímulo e pelo exemplo. Devo a vocês minhas melhores qualidades. Vó e Vô, vocês tornaram possível esse sonho, desde que eu voltei pra Porto Alegre para preparar o vestibular. Vó, sem a tua alegria matinal seria mais difícil acordar cedo e encarar a faculdade. Aliás, a escrita desse trabalho era mais prazerosa quando podia escutar, ao fundo, teu assobio vindo da cozinha. Vô, tu me empresta, todos os dias, as melhores palavras, os melhores recortes de jornais, a melhor biblioteca e as melhores discussões (históricas, políticas e futebolísticas). Devo a ti não apenas a escolha do curso, mas principalmente, a escolha do profissional que pretendo ser: íntegro e consciente do mundo que vivo e devo atuar. Aos meus irmãos, Jana e Yamilito, *gracias* por me ensinarem que sou igual e diferente de vocês, ao mesmo tempo. Eu sou gêmeo de vocês dois, está mais que claro isso. Ao restante da minha família, tios e primos, que aqui ficarão representados pela Tia Helena, que me levou pra conhecer a UFRGS logo da minha aprovação no vestibular, agradeço a força e o incentivo. A minha família dominicana (Vó Amparo, Tia Hilda, tios, tias, primos, primas), a distância alarga o tamanho da saudade, mas não sufoca o carinho e gratidão que tenho por vocês.

Da família passo aos amigos, aqueles que tiveram como tarefa me lembrar que existe “mundo” fora dos livros e da faculdade. Começo, justamente, agradecendo os amigos que fiz nessa faculdade, em especial os colegas da /08: o *Mito*, Lutero, Júlia e Diego; as *Persas*, Bárbara, Alexandra, Fernanda e Simone; o Gabriel, os companheiros de *Erectus Futebol Selvagem*, Praia, Antônio, Lara, Rhuan, Rafael, Lucas e Luis Felipe; a Carol, a Sabine, a Carol “Blush”, a Larissa, a Camila, a Mariana, a Daiane e a Vivi. Pensar nessas pessoas é remeter-se ao primeiro ano de faculdade, as primeiras aulas, os primeiros trabalhos, os primeiros jogos e, obviamente, as piadas eternas. Agradeço também algumas pessoas que fui conhecendo no decorrer do curso, de outras *barras* e de fora da UFRGS: o pessoal do Memorial, Gisa, Rafa e Arilson; o Pedro, o Maurício, a Paula (da PUC), o pessoal do PIBID e os *platinófilos*, a Marla, o Chico, a Renata, a

Mari e a Luli. Para a Marla e o Diego, um agradecimento especial por terem contribuído com críticas, sugestões e correções para esse trabalho, quando este ainda era um “projeto”. Marla, esse TCC foi feito ao som das músicas que tu me passou (inclusive o disco do Charly com músicas da Amy Winehouse) e resume um pouco das nossas conversas (e, obviamente de *las cenas*) *platinas*. Diego, eu que fugi pro Uruguai quando tu estavas fazendo o teu TCC, agradeço o fato de tu teres estado por perto não apenas no meu último semestre, mas durante toda essa graduação: nos estudos (com pizza ou pão), nos trabalhos em dupla, nos estágios e nos mates.

Há ainda um conjunto especial de amizades feitas de distintas maneiras em distintos tempos, amigos que tiveram a tarefa de lembrar que o mundo não é só “História”. Ao pessoal de Novo Hamburgo, amigos desde sempre, que me conheceram “antes de eu ter barba”: Guilherme, Douglas, Mari e Gui, a Dani e a Ana (vocês duas já podem ser consideradas de Poa). A Lili, que me presenteou com a cuia e o vício no chimarrão: esse trabalho foi escrito com a térmica ao lado do computador. Cito, por último, os amigos *escaleros* do intercambio: brasileiros, uruguaios e argentinos. Afinal de contas, esse trabalho começou a ser pensado em “*un país con el nombre de un río*” e, no convívio com a eles eu me tornei (ou nós nos tornamos) um pouco mais latino-americano.

Aliás, encerro esse agradecimento citando esse professor que vem desse país “con nombre de río” e orientou não apenas esse trabalho, mas, principalmente esse ano de dúvidas e expectativas. Enrique, gracias por todo apoio, pelas críticas, comentários, pela tua simplicidade e por tudo que inspiras. Agradeço também ao professor Mathias Luce, que desde as primeiras conversas estimulou a continuidade dessa pesquisa sugerindo leituras, e que gentilmente aceitou fazer parte da banca examinadora. Banca que estará composta pela Carla, professora pela qual nutro admiração, respeito e amizade. Tua sensibilidade e amor pela docência são incentivos para todos que convivem contigo. A esses professores já citados, agrego os nomes da professora Sílvia Petersen e dos professores Benito Schmidt, Fernando Seffner e Anderson Zalewski, todos marcaram minha formação por transmitirem – nas aulas, nos gestos, nas conversas dentro e fora da universidade – o lado humano e militante que todo o professor de História deve ter.

A todos os aqui citados familiares, amigos, mestres, aos por ventura olvidados, meu muito obrigado!

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo investigar de que maneira os livros didáticos de história do ensino médio tem se referido a História contemporânea da América Latina. O atual contexto de aproximação do Brasil com seus vizinhos do sul reforça a necessidade de aprofundarmos, no ensino e na pesquisa em História, o conhecimento acerca dos países latino-americanos. O estudo se deterá nos manuais didáticos produzidos entre 1997 e 2007, buscando analisar a abordagem dada aos eventos ocorridos nesse continente a partir do século XIX e de que maneira eles interagem com os conteúdos de História do Brasil referentes ao mesmo período. Assim sendo, busca-se compreender de que modo tais conteúdos contribuem para a construção de uma identidade regional no subcontinente.

Palavras-chave: Livro-didático – História Contemporânea – América Latina – Identidade regional

SUMÁRIO

Introdução – p.8

1 Capítulo 1: América Latina: Identidade e Educação – p. 12

1.1 “Ser ou não ser latino-americano?” – p. 12

1.2 **Identidade** – p. 15

1.3 **Educação** – p. 18

2 Capítulo 2: A História da América e o Livro didático – p. 22

2.1 **Rocha Pombo e os Livros didáticos da década de 50** – p. 22

2.2 **O livro didático hoje** – p. 25

2.3 **As Independências: “América, rebelde América”** – p. 27

3 Capítulo 3: O século XX latino-americano – p. 33

3.1 “Revolução e contra-revolução na América Latina” – p. 33

3.2 **Os Estados Unidos e as ditaduras civil-militares latino-americanas** – p. 36

3.3 **América Latina pra além dos textos** – p. 40

Considerações Finais – p. 44

Anexos – p. 46

Bibliografia – p. 50

Introdução

Nas últimas décadas, os livros didáticos tem tido um significativo aumento dos investimentos por parte do governo federal brasileiro¹. A existência de salas de informática e auditórios com *data show* para apresentação de filmes ou aulas expositivas com *power-point* nas escolas, não diminuiu a importância dos livros didáticos para o ensino, em sua função de explicitação e sistematização dos conteúdos escolares. Tomar como fonte de análise o livro didático é reconhecer a importância desse *objeto cultural* na realidade escolar brasileira.

Flávia Caimi² salienta o aumento de pesquisas, na área da educação, sobre o livro didático e reforça a importância de compreendê-lo em sua complexidade, em vista da quantidade de recursos, humanos e financeiros, que influem na sua elaboração.

Atualmente, esse objeto cultural mobiliza inúmeros atores sociais na sua produção, circulação e consumo, tais como gestores educacionais, pesquisadores, professores, estudantes e suas famílias, políticas educacionais, mercado editorial, mídias, enfim, o conjunto da sociedade brasileira.³

Na análise aqui proposta, embora compreendamos que o livro didático não é resultado apenas das opções de seus autores, atendendo a interesses públicos e privados, desde a sua confecção até a sua posterior distribuição, não nos deteremos no seu aspecto *mercadológico*⁴. Reconhecendo suas funções sistematizar os conhecimentos escolares e de ser suporte de métodos pedagógicos, trataremos de investigar como a História contemporânea da América Latina é abordada nesses materiais. Em vista dessas considerações, atentaremos não apenas aos conteúdos veiculados nos livros didáticos, mas também na concepção de aprendizagem explícita, uma vez que, segundo Bittencourt

¹ Apenas em 2012, foram gastos mais de 440 milhões de reais na produção e distribuição de livros didáticos para o Ensino Fundamental, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Já para o Ensino Médio (Regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos), que passou a ser contemplado em 2004 pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os investimentos chegaram à cifra de 880 milhões de reais para o mesmo ano. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> Acesso em 26/11/2012.

² Flávia Caimi. *Escolhas e usos dos livros didáticos de história: o que dizem os professores*. In: Vera Lúcia Maciel Barosso [et al.]. *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

³ Flávia Caimi, op. cit., p. 103.

⁴ Para Bittencourt, “como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e a lógica da indústria cultural capitalista”. Circe Maria Fernandes Bittencourt. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008. p. 301.

A seleção de atividades apresentadas e sua ordenação no decorrer do texto (ou do capítulo) não são aleatórias e requerem uma análise específica, para perceber a coerência do autor em sua proposta de fornecer condições de uma aprendizagem que não se limite a memorização de determinados acontecimentos ou fatos históricos, mas permita ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais.⁵

Além desses aspectos, Bittencourt entende o livro didático como “*veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade*”⁶. Sendo assim, acreditamos que a seleção de determinados conteúdos da História latino-americana, em detrimento de outros, e a forma como tais conteúdos se articulam com a História do Brasil e mundial, podem contribuir para formação de uma identidade latino-americana, sendo esse o ponto que pretendo explorar.

As questões colocadas, para fins desse trabalho, são: essa América Latina, apresentada nos livros didáticos brasileiros é “*outra*” ou é a “*nossa*”? De que forma os conteúdos da história nacional dialogam com os episódios da história das nações latino-americanas presentes nesses manuais? O atual contexto de aproximação do Brasil com seus vizinhos do sul reforça a necessidade de aprofundarmos, no ensino e na pesquisa em História, o conhecimento acerca da América Latina. Questionamos, por fim, de que maneira tais instrumentos pedagógicos contribuem para uma identidade latino-americana.

Os atuais projetos de integração entre os países latino-americanos tem destacado a importância da educação para a consolidação de uma identidade regional. Temos o exemplo da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), que em agosto de 2010 começou suas atividades acadêmicas. Proposta em 2007, pelo Ministério da Educação do Brasil ao então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, a UNILA busca atender a professores, pesquisadores e estudantes dos diversos países latino-americanos com um ensino bilíngue e ofertando cursos em diferentes áreas de conhecimento. Situada em Foz do Iguaçu – região da tríplice fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil – a Universidade tem por missão “contribuir para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos

⁵ Circe Maria Fernandes Bittencourt, op. cit., p. 315, grifos da autora.

⁶ Idem, op. cit., p. 302, grifos da autora.

governamentais e internacionais”⁷. É de se notar, também, que existam atualmente, tanto em nível de Mercosul⁸ como de Unasul⁹, setores destinados a promover políticas e atividades de cooperação no âmbito educativo, fomentando a qualidade dos sistemas de ensino, a mobilidade de pessoas e conhecimentos, a equivalência de estudos e diplomas e a difusão dos idiomas dos países membros.

Desse modo, serão analisados livros didáticos produzidos entre os anos de 1997 e 2007. Essa delimitação deve-se, primeiramente, a necessidade de fixar um período para seleção dos livros. Acreditamos que esses 10 anos são ilustrativos para o contexto de integração regional citado, abarcando tanto o ano do primeiro seminário “La enseñanza de Historia y Geografía en el contexto del Mercosur”, ocorrido em Brasília no ano de 1997, como também sete anos da década de 2000, onde temos a consolidação do Mercosul e, posteriormente, a criação da Unasul e da UNILA. Com essa delimitação, foi possível compor uma amostragem variada, com títulos de diferentes editoras e autores. Vale ressaltar que dos oito livros escolhidos para essa análise, seis deles são de autoria de especialistas que, com as mesmas ou outras obras, constam do Guia de Livros didáticos do PNLD de 2012.

Uma vez que um dos objetivos desse trabalho é discutir os conteúdos de História Latino-americana presentes nos livros didáticos e sua relação com a História nacional, elegeu-se aquelas produções que abarcam de maneira conjunta a História Geral e do Brasil. Portanto, não compõem esta amostra obras didáticas e paradidáticas que tratam exclusivamente da História da América, como: *A História da Sociedade Americana* (1990), *História da América* (1992) e *História: Trabalho, Cultura e Poder* (2005).

Para facilitar a compreensão dos leitores e leitoras, optou-se por referenciar os livros didáticos apenas pelo sobrenome de um dos autores e o ano de produção dos

⁷ Publicação da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *UNILA em Construção: um projeto universitário para a América Latina* / Instituto Mercosul de Estudos Avançados – Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.

⁸ O Protocolo de Intenções, assinando em dezembro de 1991, em Brasília, pelos Ministros de Educação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai deu origem ao Setor Educacional do Mercosul (SEM), que tem por base a premissa de que a educação é um “*elemento dinamizador que permitirá acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social e consolidar o caminho da integração*” (Protocolo de Intenções, 1991) Disponível em: http://www.sic.inep.gov.br/pt/documentos/cat_view/98-documentos-e-referencias/45-acordos--acuerdos--agreements/96-acordos-de-ministros--acuerdos-de-ministros--ministers-agreements Acesso: 11/06/2012.

⁹ O Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (COSECCTI) foi criado em março de 2010, formado por ministros dos países-membros e seus delegados. Assim como o SEM, atende a função de promover projetos comuns de integração regional, tendo como um de seus princípios básicos o “*diálogo, cooperação e intercambio de capacidades, experiências e conhecimentos entre os países membros.*” (Estatuto para o COSECCTI, 2010). Disponível em: http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=85:consejo-suramericano-de-educacion-cultura-ciencia&id=334:acta-creacion-coseccti Acesso: 11/06/2012.

mesmos. Dessa forma, os trechos dos livros citados não se confundem com as citações bibliográficas do decorrer da análise.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro, intitulado “América Latina: Identidade e Educação”, onde discutimos as possibilidades de se pensar uma identidade latino-americana e como a educação tem sido pensada, nos últimos anos, em vista de contribuir com esse ideal. No segundo capítulo, “História da América e o Livro didático”, pontuamos alguns momentos da inserção de conteúdos de História da América nos manuais didáticos brasileiros, a partir da contribuição de Maria Fátima Sabino Dias¹⁰, e começo a análise dos livros didáticos, que terá seqüência no terceiro e último capítulo dessa pesquisa, onde o foco esta centrado em “O século XX latino-americano”.

¹⁰ Maria Fátima Sabino Dias. A Invenção da América na cultura escolar brasileira. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas - São Paulo, 1997.

Capítulo 1: América Latina: Identidade e Educação

O presente capítulo inicia com uma breve exposição acerca das relações do Brasil com as demais nações latino-americanas, em vista de refletir a cerca de uma identidade regional para o subcontinente, encerrando com o papel desempenhado pelo ensino de História para a consolidação desta mesma.

1.1 – “Ser ou não ser latino-americano?”¹¹

Na atual correlação de forças mundial, os países do sul têm encontrado na integração regional o meio para melhor se posicionar frente a questões comuns. Para Maria Helena Capelato, “desde que o conflito Leste-Oeste deslocou-se para o conflito Norte-Sul, a união dos mais ‘fracos’ diante dos mais ‘fortes’ parece inevitável”¹². A atual aproximação do Brasil com o restante da América Latina é fruto de um longo período se questionando – e sendo questionado – se “*era ou não era latino-americano?*” Porém, a crise dos últimos anos demonstra, segundo Capelato, “como nunca no passado, que a América Latina não é ‘Outra América’ desprezada, mas sim a ‘Nossa América’, com a qual [nós brasileiros] nos identificamos em busca de soluções para os problemas comuns”¹³.

Analisando o posicionamento de políticos, intelectuais e jornalistas brasileiros acerca da América Latina, a autora distingue diferentes momentos nas relações do Brasil com as demais nações latino-americanas. Segundo Capelato, com o objetivo de constituir uma identidade nacional, durante o Império forjou-se uma imagem do Brasil “fora” da América Latina. Nesse período,

o governo não se identificou com nenhum projeto de unidade, proposto por representantes das nações hispânicas, no século XIX. Não se fez presente nos congressos e não participou dos tratados que resultaram em integrações econômicas entre os países sul-americanos.¹⁴

É de se notar, nesse mesmo período, uma “rivalidade” entre as nações hispano-americanas e o Brasil. Rivalidade esta herdada, em parte, de suas matrizes coloniais –

¹¹ Referência à Maria Helena Capelato. *O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano*. In: Carlos Guilherme Mota (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação*. São Paulo, SESC/SENAC, 2000, p. 285-316.

¹² Maria Helena Capelato, op. cit., p. 288.

¹³ Idem, op. cit., p. 315.

¹⁴ Idem, op. cit., p. 290.

Espanha e Portugal –, mas também em virtude de diferenças conjunturais que distanciava o Brasil, monarquia escravocrata com pretensões expansionistas, das repúblicas que começavam a surgir na América. Naquele contexto, as propostas de unidade centravam-se nas nações hispano-americanas e não incluíam o Brasil. Conforme expõe Capelato “*a nação brasileira representava ameaça para os países vizinhos*”, de modo que na proposta de Simón Bolívar, para a criação de uma confederação integrada pelos povos recém independentes, o Brasil ficou excluído do projeto.¹⁵

Entre os intelectuais que pensaram nessa problemática está Ruy Mauro Marini, economista e sociólogo brasileiro, que dedica parte de seu livro “*América Latina: Dependência e Integração*”¹⁶, para analisar o tema da integração latino-americana. Marini afirma que, no século XIX, tais projetos de unidade se desenvolveram em função de um inimigo comum, a Espanha, e em decorrência do progressivo avanço, político e econômico dos EUA, o que justifica a não inclusão do Brasil nesse projeto. Nas suas palavras, “*é a ameaça da reconquista espanhola, como fizeram notar vários historiadores, que se encontra na base da maioria das iniciativas tendentes de cristalizar essa unidade, ao mesmo tempo que desponta já como motivo de preocupação o expansionismo norte-americano*”¹⁷.

Para Marini, a escassa integração e o precário desenvolvimento político levaram a que as propostas de unidade se confirmassem ilusórias no decorrer do mesmo século, sendo manchadas pelo sangue de duas guerras envolvendo os países do subcontinente: a Guerra do Paraguai, na qual Brasil, Argentina e Uruguai somaram forças contra o vizinho comum; e a Guerra do Pacífico, que confrontou Chile contra o Peru e a Bolívia. Além disso, o desenvolvimento da economia capitalista nos países latino-americanos acirrou o declínio do espírito integracionista no continente e, sua inserção no mercado mundial as colocou em clara subordinação as potências européias, principalmente a Grã-Bretanha.

A intelectualidade brasileira no período também expressava certo grau de rivalidade. Em seu estudo, Capelato apresenta as interpretações de Eduardo Prado e José Veríssimo que, de modo geral, se posicionaram descrentes à possibilidade de integração do país com as nações hispânicas. Oliveira Lima, por sua vez, “*emitiu opinião negativa*

¹⁵ Idem, op. cit., p. 289.

¹⁶ Ruy Mauro Marini, *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

¹⁷ Ruy Mauro Marini, op. cit, p. 111.

sobre os países latino-americanos, mas manifestou-se a favor da solidariedade da América Latina, incluindo o Brasil, contra os EUA”¹⁸.

Capelato destaca o pioneirismo das interpretações de Manuel Bonfim que, contrapondo-se à visão negativa que os europeus e seus próprios conterrâneos tinham sobre o subcontinente, defendeu uma maior unidade entre as nações sul-americanas, em vista de possibilitar o desenvolvimento conjunto da região. Em seu livro “*América Latina: Males de Origem*”, publicado em 1903, Bonfim explicava o atraso do Brasil e dos demais países da região em decorrência do *parasitismo* Europeu. Segundo a autora, “Bonfim dessacralizou mitos e utopias arraigadas no imaginário brasileiro, apresentou uma interpretação crítica da política externa brasileira, glorificada pelos construtores oficiais da memória nacional”¹⁹.

No decorrer do século XX é possível observar momentos de cooperação e alianças do Brasil com alguns países latino-americanos, principalmente a Argentina, em algumas iniciativas do governo de Getúlio Vargas²⁰ e de Juscelino Kubitschek. Nota-se, em contrapartida, a maior presença dos Estados Unidos no subcontinente, em vista de assegurar seu domínio na região. No século anterior, através do *pan-americanismo*, os norte-americanos já propunham uma “integração” com a América Latina, que tinha por objetivo levar esta para sua zona de influencia política e econômica. O *interamericanismo*, segundo Marini, correspondeu a uma renovação do pan-americanismo, e

implicou o predomínio absoluto dos Estados Unidos, no quadro de uma crescente integração a este país dos aparelhos produtivo das nações latino-americanas, via investimentos diretos de capital e a ação dos mecanismos comerciais e financeiros. Com isso, a contrapartida da hegemonia norte-americana foi a configuração de uma nova forma de dependência, mais complexa e, ao mesmo tempo, mais radical que a que havia prevalecido anteriormente.²¹

Paralela a maior influencia dos Estados Unidos na região, é criada, em 1948, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) considerada, por diferentes autores, um marco para o pensamento latino-americano. Segundo Regina Crespo²², a

¹⁸ Maria Helena Capelato, op. cit., p. 295.

¹⁹ Idem, op. cit., p. 297.

²⁰ Capelato destaca as aproximações do governo de Getulio Vargas com o então presidente argentino Juan B. Justo. Ambos firmaram um acordo de revisão dos manuais escolares em vista de excluir dos textos de ensino de História nacional expressões que pudessem contribuir para rebaixar o conceito moral dos respectivos países. Maria Helena Capelato, op. cit., p. 299.

²¹ Ruy Mauro Marini, op. cit., p. 128.

²² Regina Crespo. “*Visões de brasileiros sobre América Latina: do isolamento à integração*”. IN: Araucaria, primeiro semestre, ano/vol. 8, número 015. Universidad de Sevilla. Sevilla Espana. p. 20-35.

criação da CEPAL é um momento importante no processo de integração entre brasileiros e hispano-americanos, pois abriu espaço para “o surgimento de intelectuais que preocupados com a inserção econômica e política dos países latino-americanos e do continente em seu conjunto no contexto internacional, passaram a analisar o tema da dependência”²³. Juntamente com o avanço nas ciências sociais, a literatura produzida nas décadas de 60 e 70, segundo Juan Oddone²⁴, reforçou os sentidos de uma identidade latino-americana.

Mais que escritores colombianos ou cubanos, mexicanos ou argentinos, venezuelanos ou peruanos, brasileiros ou uruguaios, se fala então dos escritores “latino-americanos”. Desde fora, o latino-americano se percebe já como uma unidade.²⁵

Desde então, o debate a cerca de uma identidade latino-americana, nunca foi tão atual. A integração regional se mostrou, a partir dos anos 80, uma alternativa frente à pressão política exercida pelos EUA no subcontinente e à estagnação econômica da América Latina, acirrada no segundo choque de preços do petróleo em 1979. Capelato cita o exemplo do Mercosul, criado em 1991, para afirmar que a aproximação com os demais países da região demonstra “uma tomada de consciência de que o Brasil faz parte da América Latina e como tal enfrenta as dificuldades advindas da posição histórica que a região ocupa na América e no mundo”²⁶.

1.2 – Identidade

A *identidade*, segundo Claudia Wasserman²⁷ “é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências, experiências e afetos concretos”²⁸. Maria Luisa Ortiz Alvarez²⁹, que problematiza os desafios para a construção de uma identidade latino-americana, assim como Wasserman, destaca a polissemia de tal conceito, que traz no seu sentido “a marca do caráter complexo das questões que discute, uma vez que pode significar tanto

²³ Regina Crespo, op. cit., p. 26.

²⁴ Juan Oddone. *Notas sobre el problema de la identidad latinoamericana*. In: Leopoldo Zea (org.). *Quinientos años de Historia, Sentido e Proyección*. México: Fondo de Cultura Económica. 1991.

²⁵ Juan Oddone, op. cit., p. 146.

²⁶ Maria Hlena Capelato, op. cit., p. 315.

²⁷ Claudia Wasserman, *Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades*. In: *Semina: Ciências Humanas e Sociais*, Londrina, v. 23, set. 2002.

²⁸ Claudia Wasserman, op. cit., p. 94.

²⁹ Maria Luisa Ortiz Alvarez, *(Des)Construção da Identidade Latino-americana: Heranças do passado e desafios futuros*. Disponível: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/231/427.pdf> Acessado no dia 26/11/12.

a qualidade do idêntico e do comum, como o conjunto de caracteres próprios e exclusivos”³⁰.

Wasserman analisa algumas questões teóricas que envolvem o conceito de identidade para os estudos históricos. Segundo a autora, os sentimentos identitários, sejam eles individuais ou coletivos, estão intimamente relacionados com um *espaço* e um *tempo*. Conforme Wasserman

Para a construção da identidade é fundamental relacionar os espaços: reconhecer a existência de territórios de pertencimento: sujeito é de tal bairro, de tal estado, de tal país, de tal continente, do mundo ocidental – aí está uma noção identitária mais valorativa do que concreta -, ou até mesmo, pertence ao planeta Terra. Dependendo da relação que se queira estabelecer, uma ou outra identidade espacial irá prevalecer. Neste ponto já entra o problema temporal; em certos momentos da história brasileira, por exemplo, a afirmação da identidade regional prevaleceu sobre a própria identidade nacional.³¹

A partir da segunda metade do século XX observa-se a emergência de novos sentimentos identitários – étnicos, regionais, familiares, sexuais, entre outros – que colocam em xeque a própria hegemonia da identificação nacional. Nas palavras de Alvarez a “globalização, através principalmente da compressão de distâncias e escalas temporais tem contribuído para a contestação da centralidade das identidades nacionais”³².

Essa “crise de identidade”, como vem sendo denominado o fenômeno descrito acima, é o foco de estudo de Stuart Hall³³ em seu livro “A Identidade Cultural na pós-modernidade”. Para Hall, as sociedades modernas tem como característica a mudança constante, levando o “sujeito pós-moderno” a eleger em diferentes momentos distintas identidades, que não se encontram encerradas em um eu “coerente”. Segundo Hall,

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente.³⁴

Com base nessa dinâmica, pensar em uma identidade latino-americana, embora contrária a uma identidade nacional – seja ela brasileira ou uruguaia, por exemplo – não

³⁰ Maria Luisa Ortiz Alvarez, op. cit., p. 1

³¹ Claudia Wasserman, op. cit., p. 96.

³² Maria Luisa Ortiz Alvarez, op. cit., p. 5

³³ Stuart Hall. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

³⁴ Stuart Hall, op. cit., p. 13.

significa negar essa última, apenas assumir uma das diferentes identidades que nos constituem. Alvarez, ao destacar a diversidade de culturas latino-americanas, afirma que

o conceito de identidade pressupõe que se identifique por algum critério ou propriedade intrínseca que se mantenha ao longo do tempo. Assim, uma possível identidade latino-americana, produto da diferença e da pluralidade, oposta a todo e qualquer modelo, deve ser pensada, na atualidade, no âmbito de um projeto que dissolva a fragmentação e assegure, portanto, a integração e a permanência dessa totalidade.³⁵

A identidade latino-americana está assentada sobre essas duas bases: *diferença* e *pluralidade*. A própria expressão “América Latina” favorece uma identificação ao permitir que se diferencie da “outra” América – anglo-saxã – por ser *Latina*, e da própria Europa, por ser *América*. Rafael Leporace Farret e Simone Rodrigues Pinto³⁶ se detém na investigação da gênese e consolidação dessa expressão³⁷ e firmam que, mesmo em vista da complexidade de tal termo, é impossível negar “que existe, do ponto de vista geopolítico, uma região reconhecida mundialmente como sendo a América Latina”³⁸. Segundo os autores, a “história da construção da denominação dessa vasta faixa de terra coincide com a história das tentativas de apropriação desse imaginário – e conseqüentemente das riquezas materiais que o acompanhavam”³⁹.

O “nome” que nos diferencia dos *outros* é o mesmo que integra latino-americanos que falam quéchua, aimara, guarani, espanhol, português, francês, e outros idiomas. E é na história comum de exploração e resistência que esta diversidade se encontra e integra. Conforme escreve Estevão de Rezende Martins⁴⁰

A cultura histórica é uma forma de contextualizar os modos (políticos, sociais e econômicos) pelos quais as sociedades constroem e administram seu passado. A referência generalizada à história é um critério importante de definição da identidade pessoal e coletiva.⁴¹

Nós, latino-americanos, compartilhamos uma memória anterior à presença ibérica, da cultura de distintas populações autóctones; sofremos e resistimos à

³⁵ Maria Luisa Ortiz Alvarez, op. cit., p. 8.

³⁶ Rafael Leporace Farret; Simone Rodrigues Pinto. “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”. In: TOPOI, v. 12, n. 23, jul-dez. 2011, p. 30-42.

³⁷ Sobre o surgimento do termo América Latina ver também: Leslie Bethell. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. IN: Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009. Ver também: Hector Bruit. *A invenção da América Latina*. In: Anais Eletrônicos do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC), 2000.

³⁸ Rafael Leporace Farret, Simone Rodrigues Pinto, op. cit., p. 32.

³⁹ Idem, op. cit., p. 31.

⁴⁰ Estevão de Rezende Martins. *Identidade e diferença: convergências e divergências na América Latina*. Revista del CESLA, núm. 8, 2006, p. 119-129.

⁴¹ Estevão Rezende Martins, op. cit., p. 15.

exploração colonial; gradualmente construímos nossas nações lutando contra a influência da Grã-Bretanha e, posteriormente, dos EUA. A América Latina, ao mesmo tempo “única e diversa”, como escreve Nelson Marique⁴², é “um continente multicultural, pela grande diversidade de suas raízes e as múltiplas influências que recebeu ao largo de sua história”. Segundo Marique, “a globalização em curso, e as hibridizações e mestiçagens que ela produz continuamente, não deveria ser um problema para um continente que foi capaz de assimilar criativamente tantas influências ao largo de sua história”⁴³.

Porém, essa memória que as nações latino-americanas compartilham não assegura de maneira direta uma identidade comum. Como vimos na primeira parte deste capítulo, a própria integração dos países latino-americanos – e mais especificamente, do Brasil com as demais nações do subcontinente – foi um processo lento, de idas e vindas, que tiveram seu grande impulso na segunda metade do século XX. A educação, e principalmente, o ensino de História, tem um papel fundamental na constituição dessa identidade, e é esse o enfoque do final desse capítulo.

1.3 – Educação

Pensar em uma identidade latino-americana é pensar, imprescindivelmente, em uma educação que contribua para esse sentimento de pertença. Para Juliana Pirola da Conceição e Maria de Fátima Sabino Dias⁴⁴, nesse contexto de conformação de blocos regionais e de busca por uma identidade cultural, que avance para além das fronteiras nacionais, a educação e, mais especificamente, o ensino de História assumem um papel fundamental no “encaminhamento de propostas que minimizem o isolamento cultural entre as nações latino-americanas”.

O maior de todos os desafios é a superação do desconhecimento dos países entre si na América Latina – desconhecimento esse que leva a distorções nas histórias nacionais e a preconceitos e estereótipos que resultam numa forma de isolamento, fazendo com que a realidade latino-americana seja ignorada pela visão nacionalista da história dos países⁴⁵.

⁴²Nelson Marique. *América Latina, una y diversa*. Disponível no site: <http://dejacontarte.wordpress.com/america-latina-una-y-diversa/> Acessado no dia 26/11/12.

⁴³ Nelson Marique, op. cit.

⁴⁴ Juliana Pirola da Conceição; Maria de Fátima Sabino Dias. *Ensino de História e consciência histórica Latino-americana*. Rev. Bras. Hist. São Paulo - vol.31 no.62, p. 173-191, dez. 2011.

⁴⁵ Juliana Pirola da Conceição, Maria de Fátima Sabino Dias., op. cit, p. 174.

Circe Maria Fernandes Bittencourt⁴⁶ analisa os percursos da inserção de conteúdos de História da América nos programas e manuais didáticos brasileiros⁴⁷. Segundo Bittencourt, a História escolar teve no século XIX “como uma de suas finalidades principais contribuir para a constituição de uma identidade nacional moldada sob a ótica eurocêntrica”⁴⁸. Essa tendência permanecerá no ensino de História até meados do século XX, mantendo a História do Brasil e a História da América como apêndice da história universal.

A pesquisadora destaca que recentemente novas perspectivas no ensino de história, como a História integrada, tem contribuído para romper com a tradicional divisão entre História Geral, História do Brasil e História da América. Segundo Bittencourt,

os objetivos do ensino da história da América são na perspectiva da História integrada os mesmos do ensino de história em geral, e se inserem na contribuição da história para a constituição de identidades e não mais exclusivamente na identidade nacional. A história social e cultural que serve de apoio a essa nova fase do ensino escolar possibilita problematizar as identidades múltiplas. Para além da identidade nacional, existe uma preocupação em identificar o sentido mais amplo dos *pertencimentos*, sejam de classe, étnicos, de gênero, religiosos, assim como regionais.⁴⁹

A autora destaca, também no âmbito do Mercosul, a preocupação de favorecer a construção de uma identidade regional por intermédio do ensino dessa disciplina. Segundo Bittencourt, a partir dos anos 1990

as finalidades do ensino de História da América passaram a integrar o conjunto de temas em fase de consolidação que remetem à constituição de identidades múltiplas, muitas delas ligadas aos projetos econômicos e políticos que buscam saídas para os países latino-americanos dentro do atual estágio do capitalismo.⁵⁰

Os seminários propostos pelo Comitê Educativo do Mercosul, envolvendo o ensino de História e Geografia, “centraram-se na busca de temas comuns na perspectivas de uma história regional capaz de superar os limites de uma história nacional”⁵¹.

Em “*La enseñanza de Historia y Geografía en el contexto del Mercosur*”, documento produzido com base no encontro de docentes, pesquisadores e delegados dos

⁴⁶ Circe Maria Fernandes Bittencourt. *Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, v. 4, p. 05-15, 2005.

⁴⁷ A análise da inserção de conteúdos de História da América nos livros didáticos será retomada no segundo capítulo desse trabalho, com as contribuições de Maria de Fátima Sabino Dias.

⁴⁸ Circe Maria Fernandes Bittencourt, op. cit., p. 6.

⁴⁹ Idem, op. cit., p. 11.

⁵⁰ Idem, op. cit. p. 14.

⁵¹ Idem, op. cit., p. 13

países membros do bloco, ocorrido em Brasília, em 1997, é possível observar a visão de distintos pesquisadores acerca do ensino dessas disciplinas. Tal publicação visava lançar as bases pra um ensino de História e de Geografia favoráveis à integração, assim como refletir sobre os obstáculos existentes para a consolidação de uma identidade regional. A historiadora Silvia Finocchio⁵², que assina um texto no documento, reconhece o desafio de superar o desconhecimento recíproco e a necessidade de avançar no sentido de uma integração que não seja apenas econômica.

Creemos que será significativo avanzar en el conocimiento recíproco, en formas de conocimiento que superen la incomprensión cultural. Conocernos más es un desafío para nuestros sistemas educativos dado lo precario del saber escolar sobre las diferentes sociedades del Mercosur y de América Latina en su conjunto. Conocernos mejor es una responsabilidad ante un proceso de integración que va más allá de lo estrictamente económico y que no sólo involucra al mundo de la empresa.⁵³

Para Heraldo Muñoz⁵⁴, cientista político e embaixador do Chile no Brasil de 1994 a 1998, o eurocentrismo de nossa historiografia tradicional, a ênfase dada aos conflitos e às personalidades militares e a “herança do Tratado de Tordesilhas” – ou seja, a separação entre americanos de colonização espanhola e portuguesa – são os três grandes obstáculos que devem ser contornados em vista de se produzir uma historiografia democrática e integradora. Heloísa Jochims Reichel⁵⁵, por sua vez, destaca o forte traço nacionalista da produção historiográfica no âmbito do Mercosul e propõe que se estimulem as abordagens comparativas e as temáticas

que posibiliten la identificación de rasgos de identidad comunes o de aproximación entre los países, en vez de narrar una historia delimitada por los límites geopolíticos del Estado-nación y por los antagonismos y las diferencias que marcaron las relaciones entre los mismos.⁵⁶

Em síntese, as falas citadas expressam a necessidade de romper com uma historiografia – e, por conseguinte, um ensino de História – de cunho nacionalista e eurocentrica, que reforçam o isolamento e o desconhecimento mútuo das distintas nações latino-americanas. A educação não está apenas na pauta de debates de blocos

⁵² Silvia Finocchio. Reflexiones para una propuesta de trabajo sobre la enseñanza de Historia y Geografía en el contexto del Mercosur IN: La Enseñanza de la Historia y la Geografía en el Mercosur. Ministerio de Cultura y Educación República Argentina, 1999.

⁵³ Silvia Finocchio, op. cit., p. 14

⁵⁴ Heraldo Muñoz. *Historia y Geografía: una visión regional*. IN: La Enseñanza de la Historia y la Geografía en el Mercosur. Ministerio de Cultura y Educación República Argentina, 1999.

⁵⁵ Heloísa Jochims Reichel. Producción historiográfica en el Mercosur: abordajes y tendencias. IN: La Enseñanza de la Historia y la Geografía en el Mercosur. Ministerio de Cultura y Educación República Argentina, 1999.

⁵⁶ Heloísa Jochims Reichel, op. cit., p. 74.

regionais – como já foram citados aqui Mercosul e Unasul. Segundo Benno Sander⁵⁷, nas últimas décadas, com o avanço da globalização, bancos e organismos internacionais tem assumido o papel de formularem políticas educacionais e práticas de organização e gestão da educação. Como alerta Sander, cresce o desafio para defender a nossa identidade cultural da ingerência externa desses organismos. A UNESCO, que nas décadas de 70 e 80, cumpriu um papel importante para ampliação da cobertura dos serviços escolares e para a melhoria da qualidade do ensino, atualmente atua, também, como órgão executor de projetos financiados pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências de financiamento internacional. Como alternativa a pressão exercida por esses organismos, Sander propõe a tarefa de pensar uma “pedagogia latino-americana”, em vista de

construir uma educação culturalmente significativa para educadores e educandos e politicamente efetiva para nossas comunidades, na convicção de que tal concepção pedagógica será uma contribuição original para o desenvolvimento da educação internacional e um aporte decisivo para a promoção de nossa qualidade de vida na escola e na sociedade.⁵⁸

* * * *

Nesse capítulo, procuramos refletir a acerca da relação do Brasil com os demais países da América Latina. A educação se apresenta como um desafio, mas também como uma via de ação que favoreça a diversidade e a integração. Desse modo, torna-se latente refletir sobre o ensino de História e avançar no combate contra o desconhecimento recíproco que os latino-americanos têm de si mesmos. Pretendemos, no capítulo seguinte, partir para a análise dos livros didáticos de História e a inserção de conteúdos relativos à História da América nos mesmos.

⁵⁷ Benno Sander. *Educação na América Latina: Identidade e Globalização* Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008.

⁵⁸ Benno Sander, op. cit., p. 164.

Capítulo 2: História da América e o Livro didático

O nosso espírito de fraternidade se fortalece admiravelmente de dia para dia. O sentimento de união entre todos os povos do continente toma um desenvolvimento que se poderia prever, mas de que muitos ainda duvidavam há vinte anos.

O nosso comum desejo de conhecer-nos mais intimamente tem hoje uma força que só se poderia explicar, menos pelas afinidades de raça, que por uma solidariedade moral que não está só nos nossos interesses, por que anda muito mais fundo em nosso coração.

Tem-se mesmo a impressão de que entre todas as nações americanas há como um concerto de família; e de nossa América vai com efeito no seu largo caminho aberto para o futuro.⁵⁹

A descrição acima foi feita por Rocha Pombo, no prefácio da segunda edição de seu livro *Compendio de História da América*. Publicado primeiramente em 1899, tal obra propunha o ensino de História da América nas escolas elementares. Nota-se, já pelo prefácio, uma visão otimista a cerca da “nossa América” e “seu largo caminho aberto para o futuro”. Nesse capítulo, me detenho na análise dos livros didáticos e ao espaço destinado a História da América Latina contemporânea nos mesmos. Para tanto, inicio pontuando alguns momentos da inserção de conteúdos de História da América nos manuais didáticos brasileiros.

2.1 – A História da América

A inserção de conteúdos relativos à América no ensino de História brasileiro já foi tema de discussão em meados do século XIX. Segundo Maria Fátima Sabino Dias⁶⁰, Frei Camilo de Monteserrate, que lecionava História no Colégio Dom Pedro II, foi pioneiro ao propor um estudo conjunto da História nacional com a História das demais nações latino-americanas. Porém, como aponta Dias, a proposta de Monteserrate não teve significado na cultura escolar brasileira, fortemente influenciada pelos programas educacionais europeus, especialmente o francês.

Dias, assim como Capelato, destaca a influência de Manuel Bonfim, que defendia que a educação era o elemento fundamental para o desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Segundo a autora,

⁵⁹ José F. Rocha Pombo. *Compendio de História da América*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, 1925.

⁶⁰ Maria Fátima Sabino Dias. *A Invenção da América na cultura escolar brasileira*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas - São Paulo, 1997.

Em "América Latina", o autor aponta a falta de "instrução popular" como uma doença que aflige o Brasil e as demais nações latino-americanas, desconstruindo o mito da inferioridade racial. Afirma que a "efetiva inferioridade" dos povos sul-americanos reside na "ignorância", na "falta de preparo e de educação para o progresso".⁶¹

É de se notar, que no período em que Bonfim ocupou a Secretária de Educação do Distrito Federal, o "*Compendio de História da América*" de Rocha Pombo, foi premiado em um concurso para livros didáticos. O livro de Rocha Pombo está dividido em quatro partes, compostas de pequenos capítulos que raramente ultrapassam cinco páginas. A primeira parte é dedicada a uma descrição geográfica da América – destacando sua flora e sua fauna – e aos povos autóctones, principalmente as populações originárias do México e do Peru. Na segunda e terceira parte são abordados, respectivamente, o período colonial e as emancipações americanas. Na última parte, o autor apresenta uma análise país a país, com especial ênfase ao México, que aparece em três capítulos, e aos Estados Unidos e ao próprio Brasil, que aparecem em dois capítulos cada. O autor encerra o último capítulo depositando sua esperança na América e no futuro que lhe é reservado, retomando o otimismo que aparece no prefácio citado acima.

Entretanto, tal obra, que destacava o papel explorador da Europa sobre o continente americano, teve pouca aceitação e não predominou nas escolas brasileiras. A incompatibilidade com o apogeu do nacionalismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX fará com que o ensino de História da América "desapareça", segundo Dias, dos programas oficiais de ensino na Reforma de Capanena em 1942, só voltando a aparecer nos programas oficiais de História em 1951.

Dias segue sua investigação, analisando as imagens e valores veiculados sobre a América nos manuais didáticos do período. Como demonstra a autora, estes incorporam uma visão negativa das sociedades americanas que são caracterizadas "como 'atrasadas', 'incapazes' de se organizarem como nações democráticas, por serem dirigidas por verdadeiros déspotas, inimigos da paz e do progresso, e por possuírem um povo 'ignorante', que desconhecia os valores da liberdade"⁶². Segundo Dias

Os livros didáticos não apontam para a diversidade entre os processos de independência do Brasil e dos demais países da América Latina. Buscam no processo de colonização e do pós-independência os fatores dessas diferenças, porque precisam fortalecer o discurso da unidade nacional com base na unidade territorial. É assim que se constroem parâmetros de identidade

⁶¹ Maria Fátima Sabino Dias, op. cit., p. 46.

⁶² Idem, op. cit., p. 123.

nacional. Para os brasileiros, a importância do Brasil numa América Latina “era aquilo mesmo que fazia a fraqueza da América Espanhola em relação a ele”, ou seja, a manutenção da unidade do império luso-americano e a fragmentação em várias nações do império hispano-americano.⁶³

É em oposição aos povos latino-americanos que se constrói a identidade nacional brasileira nos livros didáticos da década de 50. O Brasil, como afirma Dias “percebendo-se como uma nação ‘atrasada’ que pretendia incorporar-se ao mundo civilizado, não reconhece as outras nações latino-americanas como referencia para a construção de uma auto-imagem positiva” e buscou nos Estados Unidos “os parâmetros para a construção de uma imagem de si mesmo”⁶⁴. É assim que o conceito de pan-americanismo e a questão da democracia são abordados nos livros didáticos do período, apresentando os Estados Unidos como modelo de civilização para as demais nações do continente. Assim, sobre a formação dos Estados Unidos, os livros didáticos

ênfaticamente a prosperidade econômica e o caráter democrático como modelo a serem seguidos pelas demais nações americanas. Referem-se aos presidentes norte-americanos como exemplos de honestidade e patriotismo.

(...)

Ao contrário dos déspotas e sanguinários caudilhos latino-americanos, os presidentes norte-americanos são apresentados como ‘os mais notáveis estadistas da história’, como “pais da democracia”, e como homens de “talento e cultura”.⁶⁵

Com base nas contribuições de Dias (1997) é possível estabelecer alguns parâmetros para analisar os conteúdos de História contemporânea da América Latina nos livros didáticos hoje. Desse modo, os livros analisados⁶⁶ serão:

1. Myriam Becho Mota; Patrícia Ramos Braick. *História: das Cavernas ao Terceiro Milênio*: volume único (1997).
2. Antonio Pedro. *História da civilização ocidental: geral e do Brasil, integrada*. (1997).
3. Gilberto Cotrim. *História Global: Brasil e Geral*. (1999).
4. José Jobson de A. Arruda; Nelson Piletti. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. (2000).
5. Cláudio Vicentino; Gianpaolo Dorigo. *História para o Ensino Médio: História geral e do Brasil*. (2001).

⁶³ Idem, op. cit., p. 122.

⁶⁴ Idem, op. cit., p. 123

⁶⁵ Idem, op. cit., p. 128-129.

⁶⁶ Conforme explicitado na Introdução, no decorrer da análise dos livros descritos, as citações serão identificadas pelo sobrenome do primeiro autor e do ano.

6. Mário Furley Schmidt. *Nova história crítica: ensino médio: volume único*. (2005).
7. Gislane Campos Azevedo Seriacopi; Reinaldo Seriacopi. *História: Volume único*. (2005).
8. Divalte Garcia Figueira. *História. Série Novo Ensino Médio: volume único*. (2007).

2.2 – Livro didático hoje

Para Marcos Napolitano⁶⁷ é na História contemporânea, ou seja, nos eventos ocorridos no decorrer dos séculos XIX e XX, que a Europa perde espaço para os EUA, a América Latina, a Ásia e a África nos livros didáticos de História. O autor percebe, ainda, um esforço para a inserção e integração dos conteúdos da História da América Latina e do Brasil, porém, salienta que o palco privilegiado da História contemporânea segue sendo a Europa e “outros palcos nacionais ou continentais só entram em cena em função de uma crise da presença européia no mundo”⁶⁸.

Os livros didáticos brasileiros analisados tem dedicado, de modo geral, dois capítulos⁶⁹ para a “América Latina”, dos cerca de 30 relativos à História contemporânea. Enquanto um capítulo faz referências às lutas de independências das colônias ibero-americanas no século XIX, um segundo é dedicado a uma análise do século XX, com especial atenção para os processos revolucionários e contra-revolucionários que se desenvolvem no subcontinente.

Ao usarem a expressão “América Latina” nos enunciados de seus capítulos, os autores reconhecem o subcontinente com um espaço passível de uma análise conjunta. Segundo Wasserman⁷⁰, a existência de grandes fases da história e problemas comuns dos países latino-americanos permite a atribuição de uma denominação que forneça unidade ao subcontinente. Ultrapassar os limites do estado-nação e reconhecer a

⁶⁷ Marco Napolitano. *Pensando a estranha história sem fim*. In: KARNAL, Leandro (org.). História na Sala de aula: conceitos práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

⁶⁸ Marco Napolitano, op. cit., p. 75.

⁶⁹ Alguns livros tem ainda um terceiro capítulo para a História contemporânea latino-americana, como é o caso do “História das cavernas ao Terceiro Milênio” (Mota, 1997) e “Nova História Crítica” (Schmidt, 2005), dedicado ao período pós-independência e as relações com os Estados Unidos. O livro “História Global” (Cotrim, 1999), por sua vez, tem apenas um capítulo específico para a História da América Latina dos séculos XIX e XX.

⁷⁰ Claudia Wasserman. *Editorial*. IN: Claudia Wasserman (org) *Historiografia e Pensamento Latino Americanos*. Anos 90, Porto Alegre, n° 18, dezembro de 2003.

América Latina como um campo do conhecimento histórico exige, por sua vez, a formulação de aparatos conceituais adequados às particularidades da região e, nas palavras de Wasserman,

nos submete a uma crítica constante sobre como proceder a construção de conhecimento histórico numa perspectiva comparativa que preserve as especificidades, reservando aos estudos sobre América Latina um lugar fundamental nas múltiplas conexões da história mundial.⁷¹

A história comparada é apontada como uma metodologia que oferece vantagens para o estudo conjunto de diferentes nações latino-americanas. Maria Ligia Coelho Prado⁷², assim como Wasserman, cita situações comuns aos países do subcontinente que favorecem o traçado de comparações. Para Prado

Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes – a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana, para ficar nas temáticas tradicionais – não há, do meu ponto de vista, como escapar às comparações.⁷³

Alguns livros didáticos, na abertura dos capítulos referentes à América Latina, tem problematizado tal questão:

Para compreender a história da América Latina no século passado e início do atual, temos que levar em conta as semelhanças entre os países e também as diferenças. Existem muitas características em comum, mas é preciso evitar o clichê que iguala toda a América Latina, como se as nações tivessem as mesmas características, os mesmos problemas, as mesmas perspectivas, tal como aquelas personagens ‘latinas’ dos filmes de terceira classe produzidos nos EUA. (Schmidt, 2005)

A expressão América Latina identifica mais um conceito geopolítico do que uma formação geográfica. Com ela pretende-se designar um conjunto de países cujos os territórios ocupam as Américas Central e do Sul, mais o México, na América do Norte. Embora esses países apresentem particularidades que os diferenciam uns dos outros, há entre eles características comuns que nos permitem agrupá-los em torno desse conceito. (Seriacopi, 2005)

Os dois trechos partem do mesmo pressuposto: a existência de *semelhanças e diferenças* entre os países latino-americanos. As características comuns permitem, como é defendido claramente no segundo trecho, agrupá-los em torno do conceito de América Latina. Entretanto, salientam a existência de *especificidades*, que devem ser

⁷¹ Claudia Wasserman, op. cit., p. 14.

⁷² Maria Ligia Coelho Prado. *Repensando a História Comparada da América Latina*. IN: Revista de História 153 (2º - 2005), 11-33.

⁷³ Maria Ligia Coelho Prado, op. cit., p. 12

consideradas. Na seqüência, analisaremos os capítulos referentes ao século XIX e aos processos de independência ibero-americanos.

2.3 – As Independências: “América, rebelde América”⁷⁴

As independências latino-americanas, ocorridas no século XIX, colocaram fim a mais de 300 anos de domínio colonial. Os livros didáticos de História dedicam um capítulo para uma análise conjunta desses processos, destacando o contexto geral dos mesmos, como as guerras napoleônicas e as influências externas: do pensamento Iluminista do século XVIII, da independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). Em síntese, os autores enfatizam a crise do Antigo Sistema Colonial, aliado aos interesses da Inglaterra, como fatores preponderantes nesse processo:

A “descolonização” da América e a formação dos Estados nacionais latino-americanos foram possíveis graças ao rompimento do sistema colonial, liderado por setores dominantes insatisfeitos com a impossibilidade de desfrutarem as vantagens concedidas pelo desenvolvimento do capitalismo no século XIX. (Mota, 1997)

As contradições internas do sistema colonial e o avanço do capitalismo industrial não permitiram que o domínio espanhol sobre esta vasta região ultrapassasse o século XIX. (Cotrim, 1999)

A independência das colônias latino-americanas deve ser entendida como parte da crise do Antigo Regime e, sobretudo, da crise do sistema colonial, que havia sofrido o primeiro abalo com a emancipação das Treze Colônias inglesas na América do Norte. (Arruda, 2000)

Aos ingleses, o pacto colonial entre a Espanha e suas colônias não interessava mais, já que seu objetivo naquele momento era incentivar a liberdade comercial para a expansão do mercado consumidor. Portanto, a Inglaterra apoiava a independência das colônias hispânicas da América. (Figueira, 2007)

O processo brasileiro é citado algumas vezes, em vista de problematizar a fragmentação das antigas colônias espanholas em diferentes nações, retomando, desse modo, a discussão acerca das diferenças e semelhanças de cada processo e a importância do traçado de comparações:

Qual o papel do Brasil na América Latina? O processo de independência da América espanhola foi diferente do ocorrido na América portuguesa? Refletir sobre as semelhanças e diferenças entre os dois processos significa um ponto de partida para a análise da inserção do Brasil no conjunto da América Latina. O que nos une aos demais países latino-americanos e o que nos separa deles? (Vicentino, 2003)

⁷⁴ Referencia ao capítulo 41, de título homônimo, do livro História (Figueira, 2007).

Por que será que a América portuguesa, isto é, o Brasil, depois da independência se tornou um único país, enquanto a América espanhola se dividiu em tantos países? Na verdade, desde a colonização, muitas regiões da América espanhola não tinham ligações estreitas entre si. (...) A própria administração colonial espanhola havia criado diversos centros administrativos autônomos. Não foi simples coincidência o fato de esses centros terem se tornado as novas capitais dos países independentes. (Schmidt, 2005)

A fragmentação é vista como resultado da própria dinâmica administrativa da metrópole espanhola, que já tinha suas colônias divididas em vice-reinados. Seriacopi (2005), no capítulo que trata do processo de independência do Brasil, também discute as diferenças deste com as emancipações das antigas colônias espanholas:

Na verdade, para a grande maioria da população, a independência [brasileira] não trouxe nenhum ganho real. Governada por um imperador que era também herdeiro do trono português, a nova nação nascia sob signo de fórmulas conservadoras. Enquanto as colônias espanholas da América, ao se tornarem independentes, foram transformadas em repúblicas, no Brasil foi mantida a monarquia como forma de governo. (Seriacopi, 2005)

A diferença marcante está no fato de que a antiga colônia portuguesa deu origem a uma monarquia, enquanto que na América surgiram diversas repúblicas. Porém, os dois processos se assemelham na medida em que são preservados os interesses das elites dominantes de cada região. Os *criollos*, ao comandarem os processos de independências na América Espanhola, canalizam pra si os privilégios da mesma, alijando as camadas populares de maiores conquistas. Em vista disso, os autores relativizam também a própria “independência”, uma vez que as novas nações latino-americanas acabaram ligando-se à Inglaterra e, na sequência, aos Estados Unidos.

Do ponto de vista político, os novos governos se orientaram no sentido de excluir qualquer possibilidade de participação popular independente. A política, nesses países, seria um privilégio exclusivo das elites sociais, mesmo nos casos em que a participação popular fora importante no processo de independência. (Pedro, 1997)

Embora se tenham visto livres da onerosa metrópole espanhola, as elites preservaram seus interesses ligando-se à Inglaterra e depois aos Estados Unidos. E a grande maioria da população foi mantida à margem das decisões do Estado. (Mota, 1997)

As independências não resultaram em desenvolvimento socioeconômico autônomo, e sim em dependência em relação aos centros dinâmicos do capitalismo, especialmente a Inglaterra, no início, e aos Estados Unidos, a seguir. (Vicentino, 2003)

Os movimentos de emancipação da América espanhola mobilizaram os mais diversos setores da sociedade – *criollos*, camponeses, militares, índios, mestiços. Os benefícios da independência, porém, não foram distribuídos de forma equitativa entre eles. Os grandes privilegiados foram os *criollos*, que

ocuparam o lugar dos peninsulares como grupo politicamente dominante. (Seriacopi, 2005)

Na análise particular de cada processo de independência, os autores enfatizam o papel das lideranças que comandaram as revoltas na América Espanhola, como: Toussaint L'Ouverture, Tupac Amaru, Miguel Hidalgo, José Maria Morelos, Bernardo O'Higgins, Antonio José Sucre, San Martín, José Artigas e Simón Bolívar, entre outros. Entre esses “libertadores da América”⁷⁵, Bolívar é o que recebe maior destaque, aparecendo inclusive representado iconograficamente nos livros didáticos que – além do relato de algumas de suas batalhas pela a libertação da Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia – descrevem sua formação, o encontro com San Martín e, principalmente, seu projeto de unificação das nações recém independentes:

Simón Bolívar pertencia a uma das mais ricas famílias da capitania da Venezuela. Após ter estudado na Europa, retornou a terra natal disposto a lutar pela emancipação da América espanhola. Seu sonho era reunir em uma grande confederação republicana todos os territórios hispano-americanos. (Seriacopi, 2005)

Simón Bolívar recebeu o título de “o Libertador” nas lutas de independência latino-americanas. Em diversas oportunidades expressava o ideal de uma América espanhola independente e unida, dizendo: “*Ciertamente* la unión es la que nos hace falta para completar la obra de nuestra redención”. (Vicentino, 2003)

O general Simón Bolívar foi considerado, em sua época, um grande orador e escritor. Seu sonho era fundar na América do Sul uma grande confederação política. Pretendia construir a *Grande Colômbia* com os atuais territórios da Colômbia, do Panamá, da Venezuela, do Equador e do Peru. [...] Ainda em vida, Bolívar assistiu amargurado à fragmentação da idealizada confederação dos Estados sul-americanos. (Cotrim, 1999)

Na Conferencia do Paraná (sic), 1826, quando quase toda a América já era independente, Bolívar tentou concretizar o seu ideal unitarista. Mas fracassou, encontrando forte oposição dos ingleses e norte-americanos, que temiam encontrar dificuldades econômicas, caso surgisse uma América unificada. (Mota, 1997)

A História não é feita de heróis. Mas existem algumas circunstâncias históricas especiais em que ações de um indivíduo podem ser relevantes. Bolívar foi um homem relevante naquelas circunstâncias. (Schmidt, 2005)

É interessante destacar, no segundo trecho (Vicentino, 2003), uma citação em espanhol, algo que é pouco comum nos livros didáticos. O “ideal” ou o “sonho” de Bolívar não se concretizou, mas seu projeto é citado como um marco para o período

⁷⁵ O campeonato de futebol que leva o nome de Copa Libertadores da América é citado no início de um dos capítulos no livro História (Seriacopi, 2005), como forma de introduzir o conteúdo e despertar o interesse dos jovens leitores.

pelo autores. Schmidt (2005), no último trecho, desmistificado a concepção de “herói”⁷⁶, reforça a importância de Bolívar naquelas circunstâncias históricas.

Um outro acontecimento marcante da História contemporânea latino-americana não está descrito nesse capítulo: a Guerra do Paraguai. O conflito, que se estendeu entre os anos de 1864 a 1870, aparece integrado nos capítulos de História do Brasil, em conjunto com os fatores que levaram a dissolução do Império. Na análise das conseqüências, os autores destacam a violência do confronto:

O equilíbrio financeiro dos meados do século seria quebrado por uma aventura militar de proporções gigantescas: A Guerra do Paraguai (1864-1970). O conflito traria grandes despesas, financiadas principalmente pelos ingleses. (Arruda, 2000)

Para o Paraguai, o resultado da guerra foi brutal. Transformou-se numa das regiões mais pobres do mundo. As conseqüências ainda hoje são sentidas. Sua população passou de 1 milhão de habitantes para aproximadamente 200.000 pessoas, das quais 90% do sexo feminino. Para o Brasil, o resultado imediato foi o aumento da dívida externa. (Pedro, 1997)

Ao terminar a guerra, o Paraguai se encontrava totalmente arrasado. Perdera metade de sua população; velhos, mulheres e crianças representavam a grande maioria dos sobreviventes. (...) O modelo de *desenvolvimento dependente*, financiado pelo capital estrangeiro e apoiado por material bélico estrangeiro, estava vitorioso em toda a América do Sul. (Mota, 1997, grifos da autora)

Além das mortes em combate, foram devastadoras as epidemias, principalmente a cólera, que atingiram os homens de ambos os lados da guerra. Acrescenta-se, ainda, que os governos da Tríplice Aliança adotaram uma política genocida contra a população paraguaia. (Vicentino, 2003)

A guerra só terminou em 1870 com a morte de Solano López. O Paraguai saiu arrasado do confronto. A população masculina foi dizimada, a economia destruída e o país ainda perdeu 40 por cento do território para seus adversários. No que se refere ao Brasil, o conflito fortaleceu o Exército e contribuiu para afirmar o sentimento de identidade nacional. Mas provocou também a morte de 30 mil combatentes entre os 139 mil enviados para frente de batalha. (Seriacopi, 2005)

O Paraguai, o mais atingido pela guerra só tinha perdas a registrar. (...) O Brasil, ao contrário, afirmou sua soberania sobre uma faixa de território pretendida pelo Paraguai no sul do Mato Grosso, mas perdeu um quinto dos efetivos enviados para a guerra, estimados em 150 mil homens. Além disso, para fazer face aos custos da mobilização militar, o governo imperial contraiu vários empréstimos junto a banqueiros. (Figueira, 2007)

Não foi uma guerra. Foi um genocídio. Mais da metade dos homens adultos do Paraguai foram mortos na guerra. No final, crianças soldados também perderam a vida. O Paraguai ficou arrasado. Cerca de 40% do seu território

⁷⁶ Schmidt (2005) fará problematização semelhante, no capítulo acerca do século XX, com uma imagem de Ernesto “Che” Guevara, onde comenta: “Não são os heróis que fazem a história. Mas a luta de um povo por sua liberdade também é a luta pelos direitos do indivíduo. Inclusive o direito de ser único, especial. Talvez não lutemos mais como Che Guevara lutou. Mas o sonho, bem, esse sonho de justiça teria acabado?”

foi engolido pela Argentina e pelo Brasil que, diga-se de passagem, não devolveram nada até hoje. (Schmidt, 2005)

A Guerra do Paraguai dizimou grande parte da população masculina do país vizinho, que perdeu também uma parcela de seu território. Os autores, de modo geral, condenam essa “aventura militar de proporções gigantescas”, definida por alguns como “genocídio” (Vicentino, 2003; Schmidt, 2005), em vistas do número e da brutalidade das mortes. Destacam, também, as conseqüências negativas para o Brasil que, apesar do fortalecimento do seu exército, perdeu muitos combatentes e contrariou dívidas com a Inglaterra. Schmidt (2005) reforça o tom de sua crítica ao lembrar que a Argentina e o Brasil não devolveram o território usurpado do Paraguai.

É interessante observar que as produções didáticas mais recentes apresentam as contribuições do historiador Francisco Doratioto e de seu livro “Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai”. Destaco aqui a síntese feita por Seriacopi (2005), mas que também aparece em outras duas obras (Schmidt, 2005; Figueira 2007):

De acordo com a historiografia tradicional brasileira, a Guerra do Paraguai foi uma represália da Tríplice Aliança – que reunia Brasil, Argentina e Uruguai – aos planos expansionistas do presidente paraguaio Solano Lopes. Entre os anos 1960 e 1990, autores revisionistas oferecem outra explicação para o confronto: brasileiros e argentinos – diziam eles – teriam sido manipulados pelo governo inglês para lutar contra o Paraguai, cujo desenvolvimento independente estaria colocando em risco os interesses britânicos no continente. Em outra linha interpretativa, o historiador Francisco Doratioto defende em seu livro Maldita Guerra, publicado em 2002, a tese de que as principais razões do conflito teriam sido as rivalidades nacionais e a luta pela consolidação dos Estados nacionais na bacia do Prata. (Seriacopi, 2005)

Essas mudanças na interpretação histórica da Guerra do Paraguai podem ser observadas nos próprios livros didáticos. Enquanto as obras da metade dos anos 90 e início dos anos 2000 destacam o interesse dos ingleses com o conflito, os demais autores, com base nas proposições de Doratioto, apontam as rivalidades nacionais como principal motivo do conflito.

* * * *

Nesse capítulo, buscamos refletir acerca dos conteúdos de História da América Latina no século XIX, presentes nos livros didáticos publicados entre os anos de 1997 e 2007. Mesmo com capítulos distintos para a análise das independências da América hispânica e da América portuguesa, nota-se o esforço para integração dos conteúdos e

problematização conjunta dos mesmos. No capítulo que segue, pretendo continuar tal análise, detendo-me na abordagem dada aos eventos do século XX latino-americano nos livros didáticos.

Capítulo 3: O século XX Latino-americano

Em seu livro “Século XX: uma biografia não autorizada”⁷⁷, Emir Sader apresenta um balanço político desse século marcado por diversos conflitos, entre eles duas grandes guerras mundiais; por avanços tecnológicos, com especial destaque para a extensão das redes de comunicação; e que terminou com o triunfo do capitalismo sobre o socialismo e a consolidação da hegemonia norte-americana. Sobre a América Latina, o autor escreve que é no século XX que se dá o *nascimento político* da região. Sader avalia que

Embora o continente tivesse tido um papel importante ao longo de todo o período da colonização, como fator de apoio à acumulação primitiva das sociedades capitalistas européias, tanto na chamada revolução comercial como na industrial, e embora a independência política de seus Estados tivesse se dado no século XIX, foi apenas no século XX que a América Latina começou a pesar na história mundial.⁷⁸

Ou seja, embora iniciada no século XIX, as nações latino-americanas só tiveram seus contornos – sociais, políticos, culturais – definidos no século seguinte. O século XX, portanto, é o marco temporal do presente capítulo. Aqui analisaremos as abordagens e conteúdos acerca do “século XX latino-americano” nos livros didáticos publicados entre os anos de 1997 e 2007.

3.1 – “Revolução e contra-revolução na América Latina”⁷⁹

Nos livros didáticos, a exceção de “O Labirinto Latino-americano”⁸⁰ (Mota, 1997), os títulos dos capítulos que apresentam o século XX do subcontinente destacam-no como um período marcado por conflitos: “Revolução e contra-revolução na América Latina” (Arruda, 2000), “América Latina entre o militarismo e o populismo” (Figueira, 2007), “Ditadura e violência na América Latina” (Seriacopi, 2005) e “América Latina e as lutas sociais” (Vicentino, 2001). No início dos capítulos, diversos trechos reforçam essa interpretação.

⁷⁷ Emir Sader. *Século XX: Uma biografia não autorizada: o século do Imperialismo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª ed., 2000.

⁷⁸ Emir Sader, *op. cit.*, p. 95.

⁷⁹ Referência ao capítulo 95, de título homônimo, do livro *Toda a História* (Arruda, 2000).

⁸⁰ Tal título faz referência a obra do sociólogo Octávio Ianni, *Labirinto latino-americano* (1995), cujo um excerto abre o capítulo acerca do século XX no livro de Mota (1997).

A História da América Latina é longa e *complicada*. Aqui procuramos analisar alguns de seus aspectos marcantes como a relação com os Estados Unidos, o populismo, as ditaduras militares e os processos de redemocratização. (Mota, 1997, *grifos meus*)

Depois de um longo período de relativa docilidade em relação a liderança, primeiro da Inglaterra, mais tarde dos Estados Unidos, os países latino-americanos ingressaram numa época de *turbulências e experimentações políticas*. (Arruda, 2000, *grifos meus*)

Por isso, ditaduras militares, governos pró-libertação, movimentos reformistas, revolucionários e guerrilheiros tem caracterizado o *conturbado quadro político* da América Latina no século XX. (Vicentino, 2001, *grifos meus*)

No século XX, *numerosos conflitos abalaram* a América Latina, que passou a conviver também com a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países da região. Longe de conquistar estabilidade social e política, diversos países latino-americanos acabaram sendo palco de ditaduras longas e violentas. (Figueira, 2007, *grifos meus*)

Se a América Latina “nasce” no século XX, para usar a expressão de Sader, seu “parto” é *conturbado e turbulento* na perspectiva dos autores dos livros didáticos. A influência dos Estados Unidos no continente já é destacada no início dos capítulos, assim como as *ditaduras militares longas e violentas* que marcaram a História.

Nos livros didáticos “História do Ensino Médio” e “Nova História Crítica”, seus autores optam por uma abordagem que privilegia a análise de contextos específicos da História nacional de determinados países, estabelecendo pouca relação com o contexto mais amplo da História da América Latina. Schmidt (2005), em relação aos demais autores, é o que apresenta o capítulo mais extenso sobre a América Latina no século XX, porém, nas quase 30 páginas a ela dedicadas, sua ênfase está na História de quatro países: México, Argentina, Cuba e Chile. A revolução Sandinista na Nicarágua e a eleição de Hugo Chávez na Venezuela também são abordadas em menor escala. Brasil e Uruguai são citados de maneira breve em um único sub-capítulo sobre as ditaduras latino-americanas.

As demais obras, ao contrário das duas citadas, apresentam uma abordagem mais ampla e geral da América Latina, embora não deixem de dedicar-se a alguns estudos de casos. Deve-se destacar, mais uma vez, a incorporação do Brasil que, mesmo tendo capítulos específicos para sua História, tem seu contexto analisado de maneira conjunta aos países da região. Ao abordarem a crescente industrialização de alguns países latino-americanos na primeira metade do século XX, por exemplo, os autores citam o Brasil, juntamente com a Argentina e o México, para compreender o as origens do populismo.

No Brasil, na Argentina e no México, países que são exemplos de industrialização no período, o fenômeno da industrialização é anterior ao da crise [de 1929]. (Pedro, 1997)

Em vários países da América Latina, a primeira metade do século XX foi marcada por processos de industrialização e urbanização como ocorreu no Brasil, no México e na Argentina. O poder das indústrias e das cidades acabou enfraquecendo o poder dos antigos grupos oligárquicos, ligados a produção agrícola e até então no controle do Estado. O fenômeno abriu caminho para uma nova prática política, o populismo. (Figueira, 2007)

O populismo é descrito nos livros didáticos como um fenômeno tipicamente urbano e de cunho nacionalista que, contrapondo-se ao poder oligárquico e à interferência norte-americana, buscava desenvolver a industrialização e a economia nacional. Citando como exemplos Vargas, Cárdenas e Perón, os livros realçam o papel dos líderes carismáticos e sua ascendência sobre as camadas populares do país.

Os líderes populistas que surgiram (Getúlio Vargas, no Brasil; Lázaro Cárdenas, no México; Juan Domingos Perón, na Argentina) direcionavam seu discurso e suas ações as populações urbanas. (Figueira, 2007)

Fenômeno tipicamente urbano, o populismo na América Latina significou um avanço nas relações econômicas, com tendência a alcançar os moldes capitalistas. (Mota, 1997)

A característica básica do populismo é a existência de um líder carismático, que se dirige diretamente a população, sem precisar da interferência ou intermediação de um partido. (Arruda, 2000)

Os novos governantes criticavam as antigas elites oligárquicas, os partidos políticos tradicionais e a influência norte-americana no continente. (...) Apresentavam-se como defensores do “povo”, que tratavam como massa homogênea, como se não houvesse no interior divisões de classe ou grupos distintos. Procuravam, dessa maneira, conquistar a lealdade das camadas populares, manipulando-as de forma evitar que elas se rebelassem. (Seriacopi, 2005)

Outro conteúdo recorrente nos livros didáticos, que por vezes aparece deslocado do capítulo sobre o século XX latino-americano para compor um capítulo exclusivo sobre as revoluções socialistas no mundo, é a Revolução Cubana:

A Revolução Cubana foi um importante capítulo da história latino-americana, pois rompeu com a tradicional influência dos Estados Unidos na América central e do Sul. Além disso, construiu o primeiro estado socialista do continente, calcado no modelo soviético. (Cotrim, 1999)

A Revolução Cubana tem para América Latina o mesmo significado que a Revolução Russa tem para a Europa ou a Revolução Chinesa de 1949 tem para Ásia. Durante décadas, o exemplo dos revolucionários Cubanos incendiou a imaginação da intelectualidade de esquerda na América Latina, transformando-se em símbolo de justiça social e da possibilidade de um futuro melhor para os povos latino-americanos. (Arruda, 2000)

Com o sucesso da Revolução Cubana, tornou-se cada vez mais forte a idéia de se expandir o socialismo pelo mundo. Assim, o governo cubano apoiou ativamente movimentos guerrilheiros em diversas partes da América Latina, inclusive no Brasil. (Seriacopi, 2005)

A Revolução Cubana no contexto da América Latina, foi uma via específica da solução aos problemas da miséria e ditadura produzidas pelo subdesenvolvimento, cujas soluções apontavam para o não-alinhamento automático com os Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Assim, após os mais de 25 anos da revolução, o governo cubano, a despeito de várias dificuldades, pode proclamar que conseguiu o fim do desemprego, da miséria e que o analfabetismo fora erradicado do país. (Vicentino, 2001)

A Revolução Cubana, e a adoção do regime socialista por Fidel Castro, deu um modelo para muitos movimentos de esquerda no continente. (Pedro, 1997)

Diferente das Revoluções Mexicanas e Nicaraguense, que também são abordadas nos livros didáticos, a Revolução Cubana aparece como um marco histórico e um símbolo para o restante da América Latina, comparada por Arruda (2000) a importância que a Revolução Russa e a Chinesa tem para a Europa e a Ásia, respectivamente. As mudanças que ocorrem na ilha caribenha após 1959, apresentam para os países latino-americanos uma “via específica de solução” para os problemas econômicos e sociais e uma alternativa a presença norte-americana que se intensificava no subcontinente.

3.2 – Os Estados Unidos e as ditaduras civil-militares latino-americanas

Desde o século XIX, com a “Doutrina Monroe”, os Estados Unidos buscaram assegurar a América Latina como sua zona de influencia privilegiada. Em 1945, o domínio do capital, do comércio e das empresas norte-americanas eram preponderantes em praticamente todo o subcontinente. Segundo Vizentini, com o fim da Segunda Guerra Mundial, “na América Latina ficou claro que a Guerra Fria, em suas origens, constituía um instrumento de controle da Casa Branca sobre os governos, povos e economias locais”⁸¹. É impossível pensar a América Latina do século XX sem citar os Estados Unidos e sua influencia na História dos países latino-americanos. Os livros didáticos aqui analisados ressaltam o domínio norte-americano na região:

Em nome de uma política de defesa e de segurança do hemisfério, e na prática reforçando o aperto das “mãos caridosas” dos banqueiros e financista norte-americanos sobre a economia latino-americana, os Estados Unidos impuseram seu domínio sobre esta parte do continente. (Mota, 1997)

⁸¹ Paulo Fagundes Vizentini. História do século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1998, p. 122-123.

Em um sub-capítulo intitulado “Bons vizinhos?”, Figueira discorre sobre a presença norte-americana no continente e a política de “boa vizinhança”, iniciada pelo presidente Roosevelt após a crise de 1929:

Essa política se justificava para atrair a simpatia dos países da América Latina, que na época recebia ofertas econômicas da Alemanha nazista, em busca de novos aliados. Nesse contexto, os EUA aceitaram projetos nacionalistas, como a desapropriação de empresas petrolíferas no México e a construção da Usina siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, financiada pelos próprios norte americanos. (Figueira, 2007)

Se nos manuais didáticos da década de 1950, analisados por Dias, os Estados Unidos são apresentados como “espelho” para o Brasil, fruto de uma identidade nacional que buscava afirmação, nos atuais, no entanto, esse reflexo adquire outros matizes. A pressão político-econômica norte americana e as recorrentes intervenções militares no subcontinente colocam os Estados Unidos em clara oposição a América Latina.

Inicialmente, os Estados Unidos tentaram incrementar uma política de auxílio aos países da América Latina através da chamada Aliança para o Progresso. O resultado foi uma cooperação, principalmente no plano militar, com objetivos de reprimir os movimentos esquerdistas, armados ou não. A atuação da Aliança no plano social e econômico foi inexpressiva. (Pedro, 1997)

O medo de que o marxismo se espalhasse pelo continente aumentou depois da adesão do governo de Cuba ao comunismo, em 1961. Por essa época, o governo John Kennedy criou a *Aliança para o Progresso*, programa destinando a promover reformas (entre as quais a reforma agrária) para esvaziar a influencia dos grupos de esquerda entre os trabalhadores do continente. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas dos Estados Unidos treinaram militares latino-americanos no combate às guerrilhas que começavam a surgir na América Latina a partir do triunfo da Revolução Cubana, 1959. (Sericopi, 2005)

Na América do Sul dos anos 1960 e 1970, aconteceram golpes militares em inúmeros países. Por exemplo, no Brasil (1964), no Chile (1973), no Uruguai (1973) e na Argentina (1966 e 1976). Todos esses golpes, você sabe, ganharam imediato apoio do governo dos EUA. Agora fica a dúvida: mas se o governo dos EUA fala em “defender a democracia”, por que apoiaram a instalação de ditaduras no continente? Por dois motivos básicos: impedir que governos nacionalistas prejudicassem os investimentos das empresas multinacionais americanas, evitar que partidos de esquerda próximos da URSS ganhassem força na região. (Schmidt, 2005)

Nos livros didáticos de História, salientasse a influencia dos Estados Unidos no apoio aos golpes civil-militares que se desenvolveram na América Latina com base na Doutrina de Segurança Nacional:

Em meados da década de 60, a crise dos governos populistas abriu caminho para a instalação de ditaduras militares na América Latina, ostensivamente apoiadas pelos Estados Unidos, hostis às medidas nacionalistas dos governos latino-americanos. (...) A nova ordem política legitimava-se sob os princípios da “Doutrina de Segurança Nacional”, concebida para “impedir a desordem”, possibilitar o crescimento econômico e formar barreira contra o comunismo. (Mota, 1997)

Depois, os governos militares, tutelados diretamente pelo governo americano, tornaram-se a única forma viável de controlar os movimentos populares. Os anos 60 e 70 ficaram marcados pelas ditaduras militares apoiadas pelos norte-americanos. (Pedro, 1997)

A guerra contra o comunismo culminou em uma verdadeira onda de golpes militares. (...) De modo geral, os regimes militares da América Latina foram extremamente violentos. Os governos do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia chegaram a fazer um acordo de cooperação mútua, a chamada *Operação Condor*, com objetivo de reprimir em conjunto a resistência aos regimes ditatoriais implantados. (Sericopi, 2005)⁸²

De acordo com as diretrizes dessa doutrina [Doutrina de Segurança Nacional], caberia aos militares latino-americanos a tarefa de combater os comunistas, os partidos de esquerda e as lideranças sindicais. Ao mesmo tempo, os militares deveriam buscar o desenvolvimento econômico de seus países. Essa política resultou em vários golpes de Estado e na implantação de regimes militares em diversos países latino-americanos. (Figueira, 2007)

Preocupados em deter o “comunismo”, o governo norte-americano apóia a “onda de golpes militares” que se espalha pela América Latina, reprimindo com violência os “movimentos populares”, “partidos de esquerda” e as “lideranças sindicais”. Alguns autores (Mota, 1997; Schmidt, 2005) acrescentam ainda o papel e os interesses das elites de cada país no apoio aos golpes militares.

A implantação de ditaduras militares foi a solução encontrada por segmentos sociais privilegiados que, temendo a perpetuação dos movimentos populares, abriram mão da liberdade em nome da segurança e da manutenção do seu domínio econômico. (Mota, 1997)

Apesar do enorme envolvimento do governo e das empresas dos EUA, é muito importante perceber que os golpes militares **não foram obra norte-americana**. O que os EUA fizeram foi apoiar o que era organizado pelos próprios habitantes do país, dentro de um quadro de luta de classes. *Foram as elites de cada país, com seus próprios objetivos, que impuseram os novos regimes. A ditadura resultou do interesse dos grandes empresários e latifundiários unidos aos militares de extrema direita*. Portanto, a causa básica dos golpes e das ditaduras estava na estrutura **interna** dos países. (Schmidt, 2005, grifos do autor)

Das diferentes ditaduras que se desenvolveram na América Latina, os autores dos livros didáticos dedicam especial atenção ao caso chileno, destacando o cenário pré-golpe, ou seja, o governo da Unidade Popular de Salvador Allende e que ficou

⁸² Dos livros didáticos analisados, apenas em um (Sericopi, 2005) cita-se a o acordo de cooperação dos governos ditatoriais do Cone- Sul, a chamada Operação Condor.

conhecido como “via chilena”, experiência socialista através de processo eleitoral. A mesma, acabou com o golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973:

O caso mais significativo de intervenção militar violenta na vida política foi o do Chile, que teve o governo socialista de Salvador Allende derrubado por um golpe com apoio dos serviços secretos norte-americanos. (Pedro, 1997)

Em 1970, um acontecimento importante daria novo rumo à vida política chilena: a eleição do presidente Salvador Allende. Candidato pela Unidade Popular (uma aliança de partidos de esquerda), Allende prometia mudanças na organização social do país. (Figueira, 2007)

O governo de Allende adotou uma política independente com relação aos Estados Unidos. Medidas como a nacionalização de empresas norte-americanas despertaram a hostilidade do governo e dos grupos financeiros norte-americanos. O Chile caminhava para o socialismo, pela via pacífica. (Mota, 1997)

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, sob o governo Nixon, viram-se desafiados com a nacionalização de diversas empresas norte-americanas que atuavam no Chile, especialmente mineradoras. Responderam com o custeio de campanhas que desencadearam a desestabilização do governo de Allende, fortalecendo o desejo golpista da cúpula militar chilena. (Vicentino, 2003)

Dizia-se assim: “o militar chileno é diferente dos outros da América Latina, obedece a lei e não dá golpe de Estado”. Terrível engano. Em 11 de setembro de 1973, o general Augusto **Pinochet** e seus aliados mobilizaram as unidades militares de todo o país para assumir o controle do Estado. O palácio presidencial de La Moneda foi bombardeado pela aviação. Allende morreu bravamente, com a metralhadora em punho. A democracia também havia acabado de morrer. (Schmidt, 2005, grifos do autor)

No Chile, onde os militares derrubaram o governo socialista do presidente Salvador Allende em setembro de 1973, o número de presos políticos era tão grande nos primeiros dias que eles foram levados para um estádio de futebol. Posteriormente, milhares deles foram fuzilados, enterrados em covas coletivas e dados como desaparecidos pelo governo do general Augusto Pinochet. (Sericopi, 2005)

A peculiaridade do processo chileno, que “caminhava para o socialismo pela via pacífica”, explica, a nosso ver, o destaque que este recebe nos livros didáticos. Os autores salientam também o inusitado do golpe, dada à crença de que os militares chilenos eram “diferentes dos outros da América Latina”, e a violência do mesmo, que teve mais de 3 mil mortos e desaparecidos, o palácio presidencial de “La Moneda” bombardeado e o presidente deposto, Salvador Allende, assassinado.

Na análise mais ampla dos processos ditatoriais nos países latino-americanos, os livros didáticos enfatizam a repressão dos movimentos sociais, de trabalhadores e estudantes contrários ao regime. Porém, só nas produções didáticas mais recentes é que

as violações dos Direitos Humanos aparecem identificadas, como a prática da “tortura”, dos “desaparecimentos” e do “roubo de crianças”.

As ditaduras militares conseguiram a proeza de desrespeitar todos os artigos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (...) No silêncio da noite, chegavam caminhonetes e levavam as pessoas. Pais ou meninos nunca mais viam as famílias. Torturados até a morte. *Desaparecidos políticos*. Na Argentina, mais de cem bebês foram roubados das mães, presas políticas, e secretamente doados como órfãos. (Schmidt, 2005)

Seriacopi em um sub-capítulo intitulado “Nas masmorras da ditadura”, apresenta um trecho do livro “Nunca mais: informe sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina” (1984) com o relato de um preso político da ditadura que narra uma sessão de tortura. No mesmo livro, ao final do capítulo, tal tema é problematizado em uma atividade proposta para os alunos:

Como vimos a tortura foi uma prática sistemática sob as ditaduras militares da América Latina. Em 2004, a Anistia Internacional divulgou em seu informe anual que, no Brasil, a tortura é uma prática generalizada na maioria das prisões e delegacia de polícia. Considerando que os presos se encontram sob responsabilidade do Estado, não cabe a este zelar por sua integridade física? Não é contraditório que policiais, pessoas incumbidas de combater a violência na sociedade, utilizem métodos violentos para obter confissões? Na sua opinião, por que práticas como essa ainda persistem em nossa sociedade? (Seriacopi, 2005)

Combater o esquecimento – politicamente instituído – e resgatar, para as gerações mais jovens, a História Recente latino-americana, torna-se um dos desafios para a prática docente do professor de História. A atividade proposta por Seriacopi, ao traçar um paralelo entre as práticas de tortura das ditaduras civil-militares latino-americanas com a violência policial nos presídios brasileiros, oferece ferramentas para que a construção de “pontes entre passado e presente”⁸³. Na sequência, pontuaremos algumas questões gerais que perpassam os capítulos de História da América Latina nos livros didáticos, como as atividades propostas e as imagens que aparecem representadas.

3.3 – América Latina para além dos textos

É possível perceber nos livros didáticos um acréscimo de cores e imagens, ao compararmos a produção mais recente com as do início dos anos 90. Os livros por nós

⁸³ “A intenção de conectar passado e presente encontra paralelo com uma perspectiva muito cara para muitos dos que se debatem com temas de História Recente, particularmente envolvendo experiências traumáticas, que está implícita na necessidade de estabelecer pontes entre gerações.” Enrique Serra Padrós, Alessandra Gasparotto. A ditadura civil-militar em sala de aula. IN: Vera Lucia Maciel Barroso [et al.] Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

analisados não fogem essa regra. No capítulo a cerca das independências, Simon Bolívar é o mais representado iconograficamente. A clássica pintura de Pedro José Figueiroa (1780-1838), em que Bolívar aparece ao lado de uma mulher vestida com uma indumentária indígena – simbolizando a América – presente no livro de Arruda (2000), é uma entre as várias representações do general que compõe os livros didáticos (*ver figura 1*). Schmidt, por sua vez, a partir de uma imagem de Bolívar, problematiza as mudanças na representação do mesmo com o passar dos anos:

Bolívar era afro-descendente. Com o passar dos séculos, as pinturas oficiais dos governos latino-americanos o retratam com pele cada vez mais branca e olhos claros. Qual seria o motivo? (Schmidt, 2005)

No capítulo acerca do século XX latino-americano, as imagens privilegiam uma gama maior de personalidades políticas de cada país, como: Perón e Evita, da Argentina; Fidel Castro e Ernesto ‘Che’ Guevara, de Cuba; Emiliano Zapata, Pancho Villa e Porfirio Dias, do México; Hugo Chávez, na Venezuela; Salvador Allende e Augusto Pinochet⁸⁴, do Chile. A agrupação argentina denominada “Madres de la Plaza de Mayo” (*ver figura 2*), que luta pela memória dos desaparecidos políticos e busca esclarecimentos sobre os crimes cometidos contra os Direitos Humanos no período da ditadura militar, aparece representada em dois livros didáticos e é um dos poucos exemplos em que o foco da imagem não está em uma personalidade e sim em um grupo.

Em se tratando de questões culturais, o século XX latino-americano viu florescer movimentos artísticos dos mais diversos: nas artes plásticas (com o *universalismo construtivo*, proposto por Torres Garcia), na literatura (com o *realismo mágico*), no cinema (com o *Novo Cinema Latino-americano*), pra citar um exemplo de cada apenas. Essas expressões, que surgem em um contexto de resgate das matrizes culturais do continente, são pouco exploradas nos livros didáticos⁸⁵, embora algumas obras do muralista mexicano Diego Rivera, ilustrem três livros didáticos (Arruda, 2000; Seriacopi, 2005; Figueira, 2007). Cabe pontuar, porém, que em um dos livros analisados (Seriacopi, 2005) os autores sugerem obras literárias e filmes no decorrer dos assuntos abordados. Ao tratar da trajetória de Bolívar, por exemplo, é indicada a leitura da obra

⁸⁴ Em História Crítica, o autor aproveita uma imagem em que Pinochet aparece passando a mãos nos olhos com lágrimas, para questionar na legenda “Por que chora Pinochet? Pelos desaparecidos políticos assassinados durante sua ditadura? Por que descobriram que ele havia roubado milhões de dólares dos cofres públicos?” (Schmidt, 2005).

⁸⁵ Seriacopi (2005), em um quadro intitulado “O nacionalismo latino-americano”, expõe de maneira breve as diversas manifestações artísticas no subcontinente no início do século XX, e cita do México, o muralista Diego Rivera e a pintora Frida Kahlo, e os modernistas brasileiros Oswald de Andrade e Menotti del Picchia.

“O General e seu labirinto”, do escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez, principal expoente do realismo mágico. Ao abarcar as ditaduras civil-militares do subcontinente, são sugeridos os filmes: “Estado de sítio” (1973), de Costa-Gavras; “A História oficial” (1985), de Luiz Puenzo; e “Chove sobre Santiago” (1975) de Helvio Soto.

Na abordagem do século XIX, é comum a presença de um ou dois mapas, que ilustram a disposição das colônias espanholas antes e depois dos processos de independências (*ver figuras 3, 4 e 5*). É digno de nota, também, que apenas um livro didático (Mota, 1997) apresenta um mapa da América Latina no capítulo correspondente ao século XX (*ver figura 6*). O mapa, que compõe um sub-capítulo intitulado “As baionetas vão às ruas”, abarca todos os países ao sul do México, destacando em cada um deles, abaixo do nome, o período de duração das ditaduras militares no subcontinente.

Os livros didáticos tem como característica, além de sua função explícita de sistematizar conteúdos, a tarefa de articulação entre informação e aprendizagem. Bittencourt destaca a importância de

perceber a concepção de conhecimento expressa no livro; ou seja, além de sua capacidade de transmitir determinado acontecimento histórico, é preciso identificar como esse conhecimento deve ser apreendido. O conjunto de atividades contidas em cada parte ou capítulo fornece as pistas para avaliar a qualidade do texto no que refere as possibilidades de apreensão do conteúdo pelos estudantes.⁸⁶

Partindo desse pressuposto, destacamos algumas atividades presentes nos livros didáticos analisados que contribuem para uma visão integrada da América Latina. Para além das perguntas mais diretas e frequentes – como, “o que é populismo?” – ou as questões de múltipla escolha, retiradas de exames de vestibular, algumas atividades⁸⁷ exigem dos alunos uma reflexão que relaciona os conteúdos com temas atuais, como a atividade descrita acima sobre a tortura (Seriacopi, 2005). O ideal de unificação da América espanhola proposto por Bolívar, também aparece em um exercício ao final de um capítulo. Citando parte de um editorial da Gazeta Mercantil Latino-Americana de 8

⁸⁶ Circe Maria Fernandes Bittencourt. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ed. – São Paulo: Cortez, 2008. p.314

⁸⁷ Um outro exemplo de atividade é a sugerida por Seriacopi (2005), que se aproveitando de duas imagens (*ver figuras 7 e 8 nos anexos*) que ilustram o capítulo que trata da Guerra do Paraguai – uma de Vítor Meirelles e outra de Cândido Lopes – propõe para que os alunos avaliem as semelhanças e diferenças existentes entre elas. A imagem de Vítor Meirelles, intitulada “Batalha Naval de Riachuelo”, pintada em fins do século XIX e que glorifica a marinha brasileira, contrasta com a de Cândido Lopes, que ilustra cenas de combate da batalha de Curupaiti, pintada em 1966.

de março de 1998, acerca da unificação dos blocos Andino e Mercosul, Vicentino (2003) propõe uma reflexão sobre os projetos de integração contemporâneos:

Saltando do bolivarianismo do século XIX para o presente, leia o texto a seguir e busque informações sobre as iniciativas e alianças econômicas implementadas na América do Sul nas últimas décadas, refletindo sobre sua importância para o conjunto latino-americano. Em outras palavras, a união econômica sul-americana significa um instrumento de resistência às grandes potências? (Vicentino, 2003)

Figueira propõe, em dois capítulos distintos, atividades semelhantes, que relacionam os projetos de integração contemporâneos com as tentativas anteriores e com a guerra do Paraguai:

Transformar a América Latina em um único país já foi o sonho de muitos políticos da região. Atualmente, existem vários acordos entre os países latino-americanos que visam à criação de zonas de livre-comércio, semelhantes à Comunidade Européia. Faça uma pesquisa para saber que acordos são esses e que países participam deles. (Figueira, 2007)

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul. Hoje, os países envolvidos formam o Mercosul. Faça uma pesquisa para saber o que é o Mercosul e quais suas principais características. (Figueira, 2007)

Obviamente, o êxito das atividades aqui citadas, que relacionam os conteúdos trabalhados com questões atuais, está intimamente ligado ao empenho do professor de História em levar para sala de aula esse debate e estabelecer os nexos entre tais comparações, evitando anacronismos e simplificações. O mesmo pode ser dito em relação às imagens presentes nos livros didáticos que, pra além de mera ilustração, podem ser exploradas pelo professor através de análise e discussão com os alunos.

* * * *

Nesse capítulo, buscamos refletir acerca dos conteúdos de História da América Latina no século XX, presentes nos livros didáticos publicados entre os anos de 1997 e 2007. As ditaduras civil-militares latino-americanas que se desenvolvem quase que simultaneamente, a exemplo dos processos de independências da região, favorecem uma visão integrada da América Latina. Para “além dos textos”, dedicamos também especial atenção às imagens e atividades referentes a essas temáticas.

Considerações finais

O livro didático escolar é um importante instrumento didático-pedagógico para professores e alunos. Nesse trabalho, buscamos refletir acerca de suas contribuições para a constituição de uma identidade latino-americana, analisando os conteúdos de História contemporânea da América Latina presente nos livros publicados entre os anos de 1997 e 2007. Constatou-se que, embora com um espaço limitado – em relação à abordagem dada a outros cenários continentais da História mundial –, existe um esforço para a integração desses conteúdos nos mesmos.

Romper com o desconhecimento que nós brasileiros temos de nossos vizinhos latino-americanos – e que estes tem de nós – é um dos desafios que deve ser vencido para a consolidação de uma identidade que avance para além das fronteiras nacionais, e abarque desde o *Ushuaia* até o *Rio Bravo del Norte* e dos *Andes* ao *Atlântico*, passando pelo *Caribe*. Os livros didáticos brasileiros têm contribuído para esse propósito, ao estabelecer os vínculos existentes na História dos países latino-americanos. Os processos de independências e as ditaduras civil-militares são exemplos de conteúdos que favorecem uma análise de conjunto da América Latina, não apenas por sua periodicidade, mas por serem resultados das mesmas circunstâncias externas e de circunstâncias internas similares. Embora com capítulos específicos para sua História, o Brasil vem sendo citado juntamente com os demais países latino-americanos, em vista das semelhanças de alguns processos, mas também para a compreensão das diferenças que nos distinguem.

Observamos ainda, algumas atividades propostas para serem realizadas em sala de aula que contribuem para que se estabeleçam os vínculos dos conteúdos com questões atuais, relacionando, por exemplo, o projeto de unidade latino-americana de Simón Bolívar do século XIX, com a conformação de blocos econômicos regionais no final do século XX. Nota-se, em contrapartida, uma abordagem que privilegia uma História política e econômica, em detrimento de conteúdos relativos a aspectos culturais da América Latina, que merecem uma maior atenção.

Sabemos, entretanto, que o livro-didático não é o único responsável para a conformação de uma identidade latino-americana, mas, em vista de sua importância no cenário escolar, o elegemos como objeto principal dessa investigação. Reconhecemos, dessa forma, algumas questões que esse trabalho deixou pendente e que podem ser respondidas em uma análise mais ampla, contemplando, por exemplo, a sala de aula e

os sujeitos que dela fazem parte. Um trabalho futuro poderá avançar nessa reflexão debruçando-se sobre o papel do professor de História no trato desses conteúdos e, agregar nessa investigação, outras ferramentas didático-pedagógicas, como filmes, músicas, literatura, entre outros.

Esperamos, com esse trabalho, ter contribuído com os estudos que buscam estreitar a distância entre a pesquisa e o ensino de História, uma vez que acreditamos que *pesquisar* e *ensinar* são duas ações complementares e fundamentais quando se trata de pensar transformações. Concordo com as palavras de Carla Beatriz Meinerz⁸⁸, que ao escrever sobre a relação pedagógica presente nas práticas dos professores de História, destaca que:

A pesquisa em educação, concebida no campo das ciências sociais, pode ter um sentido de crítica e revisão das nossas práticas pedagógicas, na medida em que entrelaçamos essas últimas com nossos projetos de vida e compromissos sociais. Uma investigação não terá poder de transformar imediatamente uma realidade ou de criar fórmulas rápidas, mas poderá gerar processos de autorreflexão e autocrítica que impulsionem nossas buscas por mudanças.

Uma das *mudanças* que buscamos impulsionar com esse trabalho é a compreensão de que – “en la cintura cósmica del sur” – somos todos latino-americanos. A sala de aula é um espaço privilegiado para a conformação desses vínculos e os professores de História, juntamente como os professores de Literatura, de Espanhol, de Geografia, os sujeitos capazes de estimular uma integração cultural.

⁸⁸ Carla Beatriz Meinerz. *Ensino de História: A relação pedagógica presente em nossas práticas*. IN: Vera Lucia Maciel Barroso [et al.] *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: ST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010. p.206

ANEXOS



Libertador de diversos países, Simón Bolívar é aqui representado ao lado de uma índia, que simboliza a América Latina. Foi presidente da Grã-Colômbia, nação que reunia os atuais Panamá, Venezuela, Equador e Colômbia, entre 1821 e 1824. Ao lado de Sucre, concorreu também decisivamente para a independência da Bolívia, país do qual foi o primeiro presidente.

Fig. 1 *Bolívar y América*, Pedro José Figueroa (Arruda, 2000)



Fig. 2 *Madres de la Plaza de Mayo*. (Seriacopi, 2005)

Hebe de Bonafini (à direita), presidente do grupo de direitos humanos denominado *Mães da Praça de Maio*, lidera manifestantes em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino, em dezembro de 2003, para iniciar a XVIII Marcha da Resistência contra a Impunidade. Bonafini disse que a prisão dos líderes da antiga Junta Militar (1976-1983), Jorge Videla e Eduardo Massera, "é na verdade uma forma de protegê-los".

Fonte: *Atlas of world history – Mapping the human journey*. London: Dorling Kindersley, 1999.

Fig. 3 *Mapa das colônias espanholas na América.*
(Seriacopi, 2005.)



Fig. 4 *Mapa das independências latino-americanas* (Figueira, 2007).

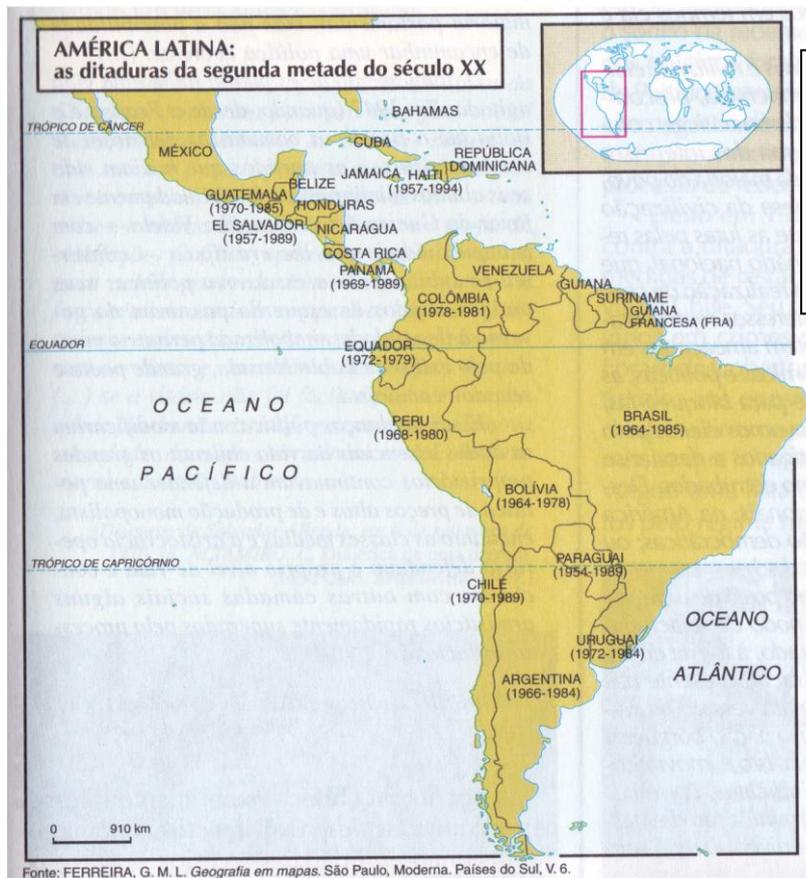
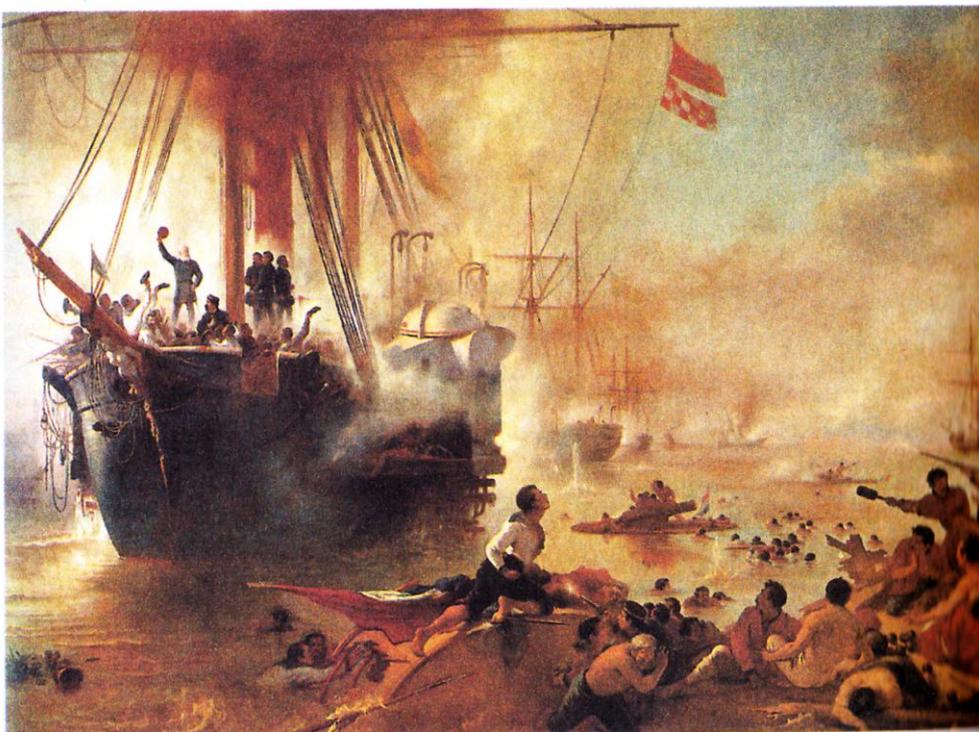


Fig. 5 (Acima) Mapa com a rota de Bolívar e San Martín, seguida por representação do primeiro. (Vicentino, 2003)

Fig. 6 (À esquerda) Mapa identificando as ditaduras latino-americanas. (Mota, 1997).



Pintores de grande prestígio, tanto Pedro Américo quanto Vítor Meirelles tomaram parte no projeto, estimulado pelo imperador dom Pedro II, de criar no imaginário dos brasileiros um sentimento de identidade nacional, glorificando os fatos e os heróis de nossa história. Na imagem, *Batalha naval do Riachuelo*, óleo sobre tela de Vítor Meirelles, executado em fins do século XIX.

Fig 7 (acima) *Batalha de Riachuelo*, Vítor Meirelles e Fig 8 (abaixo) cena da batalha de Curupaiti, pintada por Cândido Lopes (Sericopi, 2005)



Cenas da batalha de Curupaiti, episódio da Guerra do Paraguai, travada em 22 de setembro de 1866. Pintura de Cândido Lopes, feita em 1866. Nesse dia, segundo os relatos, os feridos que não podiam se mover foram sumariamente executados.

Bibliografia

ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. (Des)Construção da Identidade Latino-americana: Heranças do passado e desafios futuros. Disponível: <<http://unb.revistainterambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/231/427.pdf>> Acessado no dia 26/11/12.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, v. 4, p. 05-15, 2005.

BETHELL, Leslie. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. IN: Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321.

BRUIT, Hector. *A invenção da América Latina*. In: Anais Eletrônicos do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC), 2000.

CAIMI, Flávia. *Escolhas e usos dos livros didáticos de história: o que dizem os professores*. In: Vera Lúcia Maciel Barosso [et al.]. *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. *O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano*. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação*. São Paulo: SESC/SENAC, 2000, p. 285-316.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da; DIAS, Maria de Fátima Sabino. *Ensino de História e consciência histórica Latino-americana*. Rev. Bras. Hist. São Paulo - vol.31 nº. 62, p. 173-191, dez. 2011.

Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *A UNILA em Construção: um projeto universitário para a América Latina*. Instituto Mercosul de Estudos Avançados – Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.

CRESPO, Regina. *“Visões de brasileiros sobre América Latina: do isolamento à integração”*. IN: Araucaria, primeiro semestre, ano/vol. 8, número 15. Universidad de Sevilla. Sevilla Espana. p. 20-35.

DIAS, Maria Fátima Sabino. *A Invenção da América na cultura escolar brasileira*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas - São Paulo, 1997.

- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. “*América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia*”. In: TOPOI, v. 12, n. 23, jul-dez. 2011, p. 30-42.
- FERES JÚNIOR, João. *A História do conceito de “Latin American” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. *Renovação da História da América*. Leandro Karnal (org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- FINOCCHIO, Silvia. Reflexiones para una propuesta de trabajo sobre la enseñanza de Historia y Geografía en el contexto del Mercosur IN: *La Enseñanza de la Historia y la Geografía en el Mercosur*. Ministerio de Cultura y Educación República Argentina, 1999.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.
- MARIQUE, Nelson. *América Latina, una y diversa*. Disponível no site: <<http://dejacontarte.wordpress.com/america-latina-una-y-diversa/>> Acessado no dia 26/11/12.
- MARTINS, Estevão de Rezende. *Identidade e diferença: convergências e divergências na América Latina*. Revista del CESLA, núm. 8, 2006, p. 119-129.
- MENEIRZ, Carla Beatriz. Ensino de História: A relação pedagógica presente em nossas práticas. IN: Vera Lucia Maciel Barroso [et al.] *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: ST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.
- MUÑOZ, Heraldo. *Historia y Geografía: una visión regional*. IN: *La Enseñanza de la Historia y la Geografía en el Mercosur*. Ministerio de Cultura y Educación República Argentina, 1999.
- NAPOLITANO, Marco. *Pensando a estranha história sem fim*. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na Sala de aula: conceitos práticas e propostas*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- ODDONE, Juan. *Notas sobre el problema de la identidad latinoamericana*. In: Leopoldo Zea (org.). *Quinientos años de Historia, Sentido y Proyección*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

- PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. A ditadura civil-militar em sala de aula. IN: Vera Lucia Maciel Barroso [et al.] Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.
- PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. *Possíveis Passados: representações da Idade Média no Ensino de História*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *Repensando a História Comparada da América Latina*. IN: Revista de História 153 (2º - 2005), 11-33.
- REICHEL, Heloísa Jochims. *Producción historiográfica en el Mercosur: abordajes y tendencias*. IN: La Enseñanza de la Historia y la Geografía en el Mercosur. Ministerio de Cultura y Educación República Argentina, 1999.
- SADER, Emir. *Século XX: Uma biografia não autorizada: o século do Imperialismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANDER, Benno. *Educação na América Latina: Identidade e Globalização* Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998.
- WASSERMAN, Cláudia. *Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades*. In: Semina: Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 23, set. 2002.
- _____. *Editorial*. IN: WASSERMAN, Cláudia (org). *Historiografia e Pensamento Latino Americanos*. Anos 90, Porto Alegre, nº. 18, dezembro de 2003.

Livros didáticos referidos:

- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson.. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. *História das sociedades americanas* – Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1990.
- CÁRCERES, Florival. *História da América*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História. Série Novo Ensino Médio*: volume único. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das Cavernas ao Terceiro Milênio*: volume único. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

PEDRO, Antonio. *História da civilização ocidental: geral e do Brasil, integrada*. São Paulo: FTD, 1997.

POMBO, José F. Rocha. *Compendio de História da América*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, 1925.

SCHMIDT, Mário Furley. *Nova história crítica: ensino médio: volume único* – 1ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2005.

SERICOPI, Gislane Campos Azevedo; SERICOPI, Reinaldo. *História: Volume único*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

VASCO, Ediméri Stadler; SILVA, Sérgio Aguilar. *História: trabalho, cultura e poder nas sociedades americanas – ontem e hoje*, volume 2, América: livro do professor. 1ª edição – Curitiba: Base Editora; 2005.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio: História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001.